



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E**  
**SECRETARIADO EXECUTIVO**  
**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**EMANUEL SEBAG DE MAGALHÃES**

**POR UMA ECONOMIA PERSONALISTA: UM ESTUDO SOBRE O PENSAMENTO**  
**ECONÔMICO DE EMMANUEL MOUNIER EM “MANIFESTO AO SERVIÇO DO**  
**PERSONALISMO”**

**FORTALEZA**

**2013**

EMANUEL SEBAG DE MAGALHÃES

POR UMA ECONOMIA PERSONALISTA: UM ESTUDO SOBRE O PENSAMENTO  
ECONÔMICO DE EMMANUEL MOUNIER EM “MANIFESTO AO SERVIÇO DO  
PERSONALISMO”

Monografia apresentada ao Curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como  
parte dos requisitos para a obtenção do Título de  
Bacharel em Ciências Econômicas. Área de  
concentração: Pensamento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Maia Sobral

FORTALEZA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo

- 
- M165p Magalhães, Emanuel Sebag de.  
Por uma economia personalista: um estudo sobre o pensamento econômico de Emmanuel Mounier em  
“Manifesto ao serviço do personalismo” / Emanuel Sebag de Magalhães. – 2013.  
77 f. ; enc.
- Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração,  
Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas,  
Fortaleza, 2013.  
Orientação: Profº. Dr. Fabio Maia Sobral
1. Personalismo 2. Sociedade - Organização I. Título.

---

CDD 141.5

EMANUEL SEBAG DE MAGALHÃES

POR UMA ECONOMIA PERSONALISTA: UM ESTUDO SOBRE O PENSAMENTO  
ECONÔMICO DE EMMANUEL MOUNIER EM “MANIFESTO AO SERVIÇO DO  
PERSONALISMO”

Monografia apresentada ao Curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como  
parte dos requisitos para a obtenção do Título de  
Bacharel em Ciências Econômicas. Área de  
concentração: Pensamento Econômico.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Fabio Maia Sobral (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Isabel de Araújo Furtado  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ursula Anne Matthias  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A todos aqueles que ousam nutrir esperanças por uma  
humanidade plenamente humana.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da minha vida e por dar sentido pleno a ela.

A meus pais, Elverino e Carmen, que, ao longo de minha vida, deram tudo de si, muitas vezes esquecendo-se deles mesmos, para que tivesse uma boa educação, guiando-me, principalmente, no caminho da fé.

A meus irmãos, Celina e Severino, pelo amor, carinho e atenção em todos os momentos.

A meus avós, Antônio e Celina, que recentemente juntaram-se ao nosso lar, trazendo alegria, conforto e esperança, frutos da longa experiência de vida, aos momentos enfadonhos de leitura e escrita deste trabalho.

A minha namorada, Carolina, pelo amor, carinho, paciência e apoio incondicional durante o agitado, doloroso e alegre período de minha vida acadêmica.

Ao professor Fabio, a quem tenho carinhosamente como mestre e amigo, por sua orientação não só neste trabalho, mas no durante o transcorrer de minha graduação.

À professora Isabel, por gentilmente aceitar compor a banca examinadora e, acima de tudo, por ter me guiado nos caminhos acadêmicos com carinho e atenção maternais.

À professora Ursula, por também ter gentilmente aceito participar da banca examinadora.

A todos os demais professores, em especial, prof. Agamenon, prof. Aécio, prof. Américo, com quem tive a honra de acompanhar mais de perto, trabalhando como bolsista, por estarem sempre dispostos a promover o conhecimento em vista de um mundo melhor.

A meus amigos, em especial, Israel, por, mesmo que distante, ter me acompanhado no processo de descoberta do personalismo e por me ter trazido, direto da França, o material necessário a esta pesquisa; e também Dudu, por ter alimentado em mim o desejo de conhecer mais sobre a antropologia filosófica personalista católica.

A meus colegas, amigos, companheiros de toda hora, em especial, Vogaciano, que me acompanha há anos nesse belo caminho pela busca da pluralidade dentro do curso de Ciências Econômicas da UFC; Mateus, grande amigo, que também toma parte nessa empreita; Neto, companheiro de estudos e viagens, que tanto me fez crescer como estudante e como pessoa.

Aos novos membros do Viès, por levaram a diante este sonho em forma de programa, tão audacioso, mas tão necessário à resistência frente ao pensamento único dentro da Universidade.

“Um homem da aldeia de Negué, no litoral da Colômbia, conseguiu subir aos céus.

Quando voltou, contou. Disse que tinha contemplado, lá do alto, a vida humana. E disse que somos um mar de fogueirinhas.

- *O mundo é isso – revelou. – Um montão de gente, um mar de fogueirinhas.*

Cada pessoa brilha com luz própria entre todas as outras. Não existem duas fogueiras iguais.”

(Eduardo Galeano)

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo refazer os passos de Emmanuel Mounier em seu livro “Manifesto ao Serviço do Personalismo”, mais especificamente, no momento em que propõe uma economia para a pessoa humana. O personalismo mounieriano se fundamenta na antropologia teológica católica, mostrando-se como um autêntico pensamento social de base cristã. A proposta de Mounier parte de uma crítica ao capitalismo, compreendido não apenas como um sistema econômico, mas como um modo de vida, que põe em posição de destaque a economia na sociedade moderna, terminando por subordinar todas as demais realidades do ser humano ao seu funcionamento, inclusive a espiritual. Para Mounier, então, é preciso reordenar a esfera econômica e levá-la ao seu devido lugar na sociedade, que é ao serviço da pessoa humana. A organização social futura deve se organizar de acordo com a perspectiva total da pessoa, compreendendo suas funções econômicas como consumidora e produtora, respeitando sua dignidade, criatividade e liberdade. O foco desse trabalho é, portanto, a exposição do pensamento econômico de Emmanuel Mounier, ressaltando seu posicionamento em relação ao capitalismo e sua proposta de uma organização social futura.

**Palavras-chave:** Pensamento econômico. Personalismo. Organização social futura.

## RÉSUMÉ

Ce travail a pour objectif de retracer les étapes d'Emmanuel Mounier dans son œuvre “Manifeste au Service du Personnalisme”, plus précisément, quand il propose une économie pour la personne humaine. Ce personnalisme est basé sur l'anthropologie théologique catholique, elle apparaît comme une authentique pensée sociale de base chrétienne. La proposition de Mounier part d'une critique du capitalisme, comprise non seulement comme un système économique, mais comme un mode de vie qui met l'économie dans une position clé dans la société moderne, en subordonnant toutes les réalités de l'être humain à son fonctionnement, y compris le spirituel. Donc, pour Mounier, il faut réorganiser la sphère économique et la conduire à sa juste place dans la société, qui est au service de la personne humaine. L'organisation sociale future doit s'organiser en fonction de la perspective totale de la personne, y compris leurs fonctions économiques en tant que consommateur et producteur, dans le respect de leur dignité, liberté et créativité. L'objectif de ce travail est donc l'exposition de la pensée économique d'Emmanuel Mounier, en soulignant son positionnement par rapport au capitalisme et à sa proposition pour une organisation sociale future.

**Mots clés:** Pensée économique. Personnalisme. Organisation Sociale Future.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>O CAPITALISMO CONTRA A PESSOA.....</b>	<b>15</b>
2.1	A pessoa humana.....	16
2.2	Anticapitalismo e sociedade futura.....	20
2.3	Capitalismo e técnica: a civilização técnica.....	23
2.4	A subversão capitalista.....	27
2.4.1	<i>O lucro capitalista.....</i>	<i>27</i>
2.4.2	<i>O capital contra o trabalho e a responsabilidade.....</i>	<i>29</i>
2.4.3	<i>O capital contra o consumidor.....</i>	<i>31</i>
2.4.4	<i>O capitalismo contra a liberdade.....</i>	<i>32</i>
2.4.5	<i>O capitalismo contra a propriedade pessoal.....</i>	<i>33</i>
<b>3</b>	<b>PRINCÍPIOS DE UMA ECONOMIA A SERVIÇO DA PESSOA.....</b>	<b>35</b>
3.1	O consumo e a pessoa.....	37
3.2	A produção e a pessoa.....	42
3.2.1	<i>Primado do trabalho sobre o capital.....</i>	<i>43</i>
3.2.2	<i>Primado da responsabilidade pessoal sobre o aparelho anônimo.....</i>	<i>45</i>
3.2.3	<i>Primado do serviço social sobre o lucro.....</i>	<i>50</i>
3.2.4	<i>Primado dos organismos sobre os mecanismos.....</i>	<i>51</i>
<b>4</b>	<b>POR UMA ECONOMIA PLURALISTA.....</b>	<b>53</b>
4.1	Uma sociedade pluralista.....	57
4.2	A transição para uma economia personalista.....	62
4.3	Sobre o “túmulo de pseudo-soluções”.....	66
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>71</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>75</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A pessoa humana é o centro da filosofia personalista. Ela deve ser compreendida antes de se adentrar em qualquer um de seus temas de análise. A tradição da antropologia filosófica personalista, historicamente, remonta aos primeiros pensadores cristãos, que foram capazes de perceber que as realidades exteriores ao homem não o determinam. Para o personalismo, existe algo dentro de cada um que o impede de ser igual aos demais, que o torna único. Essa característica irrepetível não pode ser enquadrada em uma categoria hermética e, portanto, ser analisada filosoficamente de fora, como se pudesse ser separada das demais realidades humanas.

Por outro lado, ela não habita no reino do impronunciável, como se não pudesse ser alcançada pelos homens. Ela é uma interioridade particular, pessoal, que se expressa na existência do homem. A pessoa humana é, portanto, aquilo que diferencia e define cada um. Seu interior espiritual se manifesta através do corpo, sendo essas duas realidades igualmente essenciais à pessoa humana. Se o meio em que o homem vive não é capaz de determiná-lo, porém, ele o condiciona. Esse condicionamento exterior levou o personalismo a questionar a civilização moderna, na busca de conhecer o que há nela que não permite o homem *ser pessoa*.

Neste início do século XXI, em que ainda se sentem os efeitos da crise de 2008, cercado por incertezas sobre os rumos do sistema capitalista, faz oportuna a visita a diferentes autores que procuraram ter uma visão crítica ampliada sobre o funcionamento deste sistema. Emmanuel Mounier é um deles. Particularmente, tendo publicado a maior parte de sua produção teórica no período posterior à crise de 1929 e durante a II Guerra Mundial, o filósofo francês pôde vivenciar os estragos causados pela crise, os horrores do fascismo de direita e do comunismo soviético, o que lhe deu a capacidade de perceber os rumos perversos em que se encaminhavam a sociedade naquele período<sup>1</sup>.

A Europa da primeira metade do século XX era para o autor como a representação da sociedade capitalista, em que todas as demais realidades humanas estavam subordinadas ao econômico, e este ao lucro. Para além da superficialidade das análises puramente econômicas (macroeconômicas), Mounier, de sólida formação cristã, baseia sua crítica e construção

---

<sup>1</sup> Emmanuel Mounier teve uma vida curta, nasceu em 12 de abril de 1905 e faleceu em 22 de março de 1950. O início da publicação de sua obra, concomitante à fundação da revista *Esprit*, ocorre já nos seus últimos anos de vida.

teórica na pessoa humana, alicerce antropológico do pensamento social católico. Dessa forma, é capaz de fazer incisiva crítica às raízes do sistema capitalista e propor uma organização social futura que seja capaz de favorecer o desenvolvimento das diversas áreas da pessoa humana.

O problema central a ser abordado por Mounier é a crise política e moral (espiritual) do homem do século XX. Em 1932, funda a revista *Esprit* e abandona a academia. Por isso, este ano marca em sua vida o início da vivência daquilo que acreditava ser uma das principais características da pessoa humana: o engajamento. Talvez por ter se distanciado da academia, suas ideias não se tornaram um ponto de inflexão na filosofia francesa. Mounier estava mais preocupado em ser capaz de agir sobre a sociedade do que apenas discutir seus problemas academicamente. A crise civilizatória, ponto de partida para o personalismo, não era, assim, a preocupação central da filosofia francesa do início dos anos 1930.

O personalismo de Emmanuel Mounier é, dessa forma, inovador em vários aspectos. Sua capacidade de identificar a crise em que a sociedade burguesa se encontrava não a detém em uma visão pessimista ou simplesmente descritiva, analítica. O personalismo percebe justamente a crise dessa civilização nascida do Renascimento e propõe que se refaça o Renascimento, em que não mais o indivíduo seja o agente social, mas a pessoa humana.

É importante destacar que para o personalismo existe uma construção social, ou seja, a forma na qual os homens se organizam socialmente é construída pelo homem. Dessa forma ela é passível de destruições e reconstruções. O personalismo é, portanto, um projeto voltado para o futuro, e sua crítica a essa civilização é pautada na esperança de uma nova construção social que tenha a pessoa humana como elemento central.

Este trabalho tem por objetivo refazer os passos de Mounier em seu livro *Manifeste au service du personnalisme* (1936), especificamente, quando propõe uma economia para a pessoa humana. Sua proposta, no entanto, parte da crítica a essa civilização e à posição de destaque dada à economia, deixando todas as demais realidades do ser humano subordinadas ao seu funcionamento. Para Mounier, então, é preciso reordenar o econômico e levá-lo ao seu devido lugar na sociedade, que é ao serviço da pessoa humana.

Esse privilégio da economia na sociedade moderna é compreendido como um acidente, em contraposição àqueles que o compreendem como o estado normal da organização social. É um acidente, no entanto, real, que atinge a pessoa humana e a sociedade

ao ponto em que as mazelas que as afligem têm o aspecto econômico por base. Por interferir negativamente na pessoa humana e na estrutura social, a crítica ao inchaço do econômico na sociedade moderna passa também pelo aspecto moral. Antagoniza-se, no entanto, do moralismo que vê tal realidade apenas como falta moral do indivíduo. O problema está situado no nível social, e os fundamentos do capitalismo seriam os responsáveis por manter essa desordem.

O pensamento crítico ao capitalismo durante os anos 1930, ainda sentindo as consequências perversas da crise de 1929, era lugar comum para a opinião pública. Pensadores ligados a diversas correntes filosóficas, muitas vezes antagônicas, encontravam na crítica ao capitalismo um ponto de convergência. Dessa forma, é importante deixar claro o ponto de vista de Emmanuel Mounier, mostrando de que maneira sua crítica ao capitalismo se propõe a ser total, passando pela moral e pela realidade concreta.

O anticapitalismo em Mounier não é caracterizado nem como romântico (saudoso, reacionário) nem como reformista (pequenas modificações no sistema do capital), mas sim revolucionário. Não há, portanto, uma crítica aos excessos desse sistema, mas do capitalismo em si. Para o autor, é necessária uma completa transformação da atual organização social, que impede a plena realização da pessoa humana. A pessoa humana é um projeto aberto a se realizar, e, portanto, Mounier tece dialeticamente sua crítica e construção com os olhos no futuro, pois somente lá, distante da realidade do sistema capitalista, a pessoa humana terá condições para se desenvolver plenamente.

Para Mounier, a crítica ao capitalismo deve atacar sua base material e moral. O autor reconhece crítica materialista feita por Karl Marx e é um dos pioneiros a tentar encontrar um elo entre o pensamento marxista e a moral cristã. Mounier procura abstrair o elemento central da crítica de Marx da *práxis* marxista, a qual não comunga e que, assim como o capitalismo, é condenada pelo autor. Para Mounier, a crítica de Marx é válida, mas, por não se basear na pessoa humana, faltou-lhe desconstruir outros valores do capitalismo. Daí a necessidade de uma análise mais profunda sobre a base moral deste sistema. É preciso, então, reconhecer quais são os verdadeiros valores que podem libertar o homem, para não se cair em novos modos de vida que o oprimam, como foi o caso do socialismo real.

Mounier inicia sua crítica ao capitalismo abordando a questão da técnica. Para o autor, o capitalismo se apropriou da técnica de modo que ela se tornou uma forma de aprisionamento do homem a este sistema. Sua crítica aponta tanto para a ideologia

progressista, a qual relaciona automaticamente a realização do homem ao progresso da civilização material, quanto para a antiprogredista, que ignora os benefícios do avanço técnico. Dessa forma, a técnica é compreendida como uma forma de se ter um melhor relacionamento entre o homem e a natureza, levando à economia de recursos, de esforço, e reduzindo a vulnerabilidade do homem frente ao meio em que vive. Coletivamente, a técnica, se utilizada a serviço da pessoa humana, é um instrumento eficaz de libertação do homem.

Tendo a pessoa humana como foco de seu pensamento, Mounier vai então demonstrar como a economia capitalista submete o homem ao seu funcionamento. Sua crítica passa, portanto, pela característica principal do sistema: o lucro. O lucro é entendido como a finalidade do capitalismo, sendo algo completamente externo à pessoa humana, reduzindo o sistema capitalista a um fim quantitativo, impessoal e exclusivo. O lucro privado como finalidade da atividade produtiva entra em contradição com o fim social da produção. Tendo como único objetivo o lucro, a propriedade capitalista se isenta de sua função social, que seria produzir bens necessários à coletividade. O lucro, segundo o autor, atenta contra a natureza e contra o homem de diversas formas. Submete a natureza a sua lógica sempre expansiva e faz do trabalho um mero insumo no processo produtivo.

O primado do capital sobre o trabalho é identificado por Mounier (1936) como uma “subversão capitalista”. Ou seja, no capitalismo, o capital, compreendido como os meios necessários para a produção, está sujeito à lógica do lucro e se sobrepõe ao trabalho e à responsabilidade, entendidos como as funções econômicas da pessoa humana. Essa inversão se expressa principalmente na relação entre lucros e salários, na qual os salários estão sempre subordinados aos lucros, e estes, desvinculados do ritmo de produção do homem, seguem para a acumulação fantástica do mercado financeiro.

A economia capitalista se move por si mesma, independentemente do controle humano, organizando-se como uma “tirania anárquica”. Essa tirania é exercida pelo dinheiro, que passa a controlar a forma de vida e o valor do homem. Mounier desconstrói, então, o argumento dos defensores do capitalismo ao demonstrar que ele não funciona para o benefício do consumidor. Em meio à crise de 1929, o mundo convivia com uma situação peculiar de desemprego e superprodução. O desemprego é o sintoma de uma economia que, apesar de ideologicamente defender a liberdade de iniciativa, tolhe a capacidade criativa do homem, negando-lhe o trabalho. Dessa forma, o homem não é a finalidade do sistema econômico capitalista, já que a produção não se destina ao atendimento de suas necessidades.

Mounier (1936) encerra sua crítica contrapondo o capitalismo ao que chama de “propriedade pessoal”, que seria a forma geral de propriedade em um mundo de pessoas. Pretende, assim, colocar em questão um dos fundamentos do sistema, a propriedade capitalista, e mostrar o quão distante ela está de ser capaz de dar ao homem a capacidade de se expressar por meio do trabalho e de ter responsabilidade por aquilo que possui, tendo em vista a coletividade que depende de sua produção. É necessário, portanto, romper com esse sistema e construir um sistema econômico que esteja a serviço da pessoa humana.

Os princípios de uma economia a serviço da pessoa humana estão direcionados para o funcionamento do consumo e da produção. O consumo e a produção devem se basear nas reais necessidades do homem, ordenados por uma “ética das necessidades”. A “subversão capitalista” deve ser reordenada, de modo que o capital esteja a serviço do trabalho e o trabalho sirva de expressão criativa do homem e de sua contribuição responsável para a coletividade. A economia deve, então, organizar-se de modo a ser descentralizada, funcionando mais como um organismo do que como um mecanismo, de modo a possuir um equilíbrio entre as diretrizes de um planejamento econômico geral e o vigor de “células econômicas”, que sejam expressão da base da economia, as pessoas.

Para não criar novos sistemas que não coloquem a pessoa humana como centro, Mounier propõe uma economia pluralista, uma síntese entre o liberalismo e o coletivismo. O autor deixa claro aqui sua perspectiva dialética, pois para ele síntese não quer dizer uma simples mistura entre ambos os modelos de sociedade ou um mero meio termo. Síntese significa o resultado novo, fruto da relação dialética entre a tese liberal e a antítese marxista. Para refazer o Renascimento, agora com a pessoa humana como base para a nova civilização, é preciso estabelecer uma ordem que resguarde o bem comum e seja capaz de resistir às investidas dos defensores do capitalismo. O instrumento mais eficaz para realizar tal transição, segundo Mounier, é o “Estado”. Tal movimento, porém, não consiste na estatização da economia, mas sim da criação de um ambiente institucional favorável ao estabelecimento de uma economia a serviço da pessoa humana. O personalismo é assim favorável à coletivização da economia, salvaguardando a liberdade pessoal.

A releitura de Emmanuel Mounier tem despertado a curiosidade de economistas europeus, principalmente na França, como Le Goff (2011), para a discussão da crise de 2008 e seus desdobramentos para o continente. No Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, o autor influenciou alguns pensadores católicos, notadamente aqueles ligados à Teologia da

Libertação. A perspectiva econômica do pensamento de Mounier, no entanto, permanece pouco explorada em nosso país. A dificuldade maior parece residir na densidade filosófica com a qual o autor trabalha o tema, trato pouco comum entre os economistas.

Este trabalho conta, portanto, com a falta de bibliografias secundárias que auxiliem na análise crítica acerca de Mounier (1936). Existe apenas um livro da obra de Mounier atualmente ainda editado no Brasil, *O Personalismo*, Mounier (2004). As principais fontes para este trabalho são aquelas primeiras edições em língua francesa da obra do autor. As citações diretas, no entanto, estarão em forma traduzida em português, sendo o trecho original em francês apresentado em nota de rodapé. Dessa forma, a tarefa a ser aqui empreendida assume a responsabilidade de contribuir para a abertura dos caminhos para os estudos do pensamento econômico deste autor no Brasil.

Dessa maneira, para além desta introdução e das considerações finais, o presente trabalho se dividirá em três seções. A primeira seção, *O capitalismo contra a pessoa*, versará sobre a crítica de Emmanuel Mounier ao sistema capitalista, tendo como base a pessoa humana. A segunda, *Princípios de uma economia a serviço da pessoa humana*, abordará as primícias norteadoras do consumo e da produção em uma economia personalista. A última, *Por uma economia pluralista*, discutirá a organização da economia personalista como síntese do liberalismo e do coletivismo, ressaltando a necessidade revolucionária para sua implantação.

## 2 O CAPITALISMO CONTRA A PESSOA

A preocupação central da obra de Emmanuel Mounier é a pessoa humana. Filósofo francês filho dos tempos difíceis do início do século XX, não consegue, exatamente por se perceber como pessoa humana, estar alheio à realidade que o cerca. A civilização moderna, mais especificamente o capitalismo, passa a ser objeto de estudo. O autor vai percebendo as diversas maneiras que impedem a realização da pessoa humana neste sistema. E passa a posicionar-se, de maneira inovadora, como anticapitalista.

Sua visão não está, no entanto, presa a um sentimento anticapitalista reformista, preocupado com os excessos do sistema, ou que faz sua oposição negando o caminho da humanidade rumo a uma vida mais confortável, menos dura e menos sujeita às intempéries do meio onde vive. O capitalismo seria um sistema que subverteria a finalidade da própria técnica à lógica do lucro, não mais estando a serviço do homem. Dessa forma, a economia toma uma proporção exagerada na sociedade, estando todas as demais realidades a ela submetidas, e ela à lógica do lucro. A crítica se dirige, portanto, às formas de despersonalização da economia capitalista, colocando de que formas o trabalho, o consumo, a liberdade humana e a propriedade pessoal estão afastados de seu real sentido.

Mounier, ao escrever sua crítica ao capitalismo, refere-se aos leitores tanto moralistas de direita como aos marxistas tecnicistas apaixonados pela automaticidade da solução revolucionária. A importância crucial da pessoa humana em sua construção teórica não lhe permite aproximações fortes com nenhuma das correntes de pensamento entendidas como despersonalizantes. Ao afirmar que o espiritual também é infraestrutura, Mounier (2004), em uma clara alusão à teoria marxista, concentra-se na compreensão e desconstrução moral do sistema, distanciando-se, porém, das críticas pueris e infrutíferas do moralismo. A crítica à base material do capitalismo carece, dessa forma, da precisão de certos conceitos da teoria marxista. Embora o autor não se proponha a descer nas especificidades da teoria econômica, cabe, a este trabalho, expor algumas imprecisões acerca de certas categorias, buscando também dar fôlego novo à crítica personalista.

Esta seção será dedicada a expor e analisar criticamente a relação entre o personalismo mounieriano e o capitalismo. Serão abordados, assim, os temas levantados por Mounier (1936), a fim de dar suporte à construção do tema que será trabalhado na próxima seção sobre uma economia a serviço da pessoa humana. Metodologicamente, seguir-se-á uma breve

exposição sobre a pessoa humana, tendo por base Mounier (2004), para então adentrar na crítica personalista ao capitalismo feita em Mounier (1936).

## 2.1 A Pessoa Humana<sup>2</sup>

A noção de pessoa humana na história da sociedade ocidental não se desenvolve o suficiente até o surgimento do cristianismo. Durante a Antiguidade, a pessoa era quase que completamente absorvida pela família e pela cidade, e sua existência estava irremediavelmente atrelada a um destino cego.

O patriarcalismo do início da civilização grega, que determinava o valor de cada pessoa por sua posição na família, pelos graus de parentesco e seu papel para o funcionamento da família, eram completamente opostos à noção de uma pessoa humana livre e responsável. A *Pólis* grega resumia a existência à participação política na cidade, à cidadania. Para os gregos a existência material era como um fardo. Essa realidade se mostra, por exemplo, por meio de sua relação com o trabalho. O trabalho braçal era relegado aos escravos, enquanto os cidadãos se dedicavam ao ócio. Na negação ao corpo, se era capaz de atingir o espírito.

O advento do cristianismo e seu caráter universalista se opõem a essas concepções de existência que negam a singularidade de cada pessoa. Em sua fórmula básica, dada por Paulo de Tarso em sua Epístola aos gálatas (BÍBLIA, Gálatas, 3: 26 – 28), o cristão já não é mais grego ou judeu, escravo ou liberto, homem ou mulher, são todos um só em Cristo. O cristianismo eleva a dignidade da pessoa humana à dignidade encarnada de Deus, na pessoa de Cristo. Essa nova realidade vem romper duplamente a concepção grega por dar ao homem um caráter singular, independente de sua posição social, origem, etc. e por afirmar o mesmo nível de dignidade entre corpo e espírito.

A concepção de pessoa humana, advinda do cristianismo, porém, não se afirma como dominante na sociedade. Mesmo durante a Idade Média, em que uma suposta cristandade se

---

<sup>2</sup> O personalismo mounieriano fundamenta a pessoa humana de acordo com a antropologia teológica católica, seguindo a Doutrina da Igreja Católica e a Tradição dos Padres da Igreja. A apresentação aqui feita parte, no entanto, apenas de aspectos históricos que remontam aos alvares do cristianismo como compreensão do mundo e modo de vida próprios dos cristãos. Este recorte não será empecilho para o desenvolvimento deste trabalho, mas para uma compreensão mais profunda do que seja pessoa humana para Emmanuel Mounier, ver Mounier (2004).

instala na Europa, a noção de pessoa humana se encontra dissolvida. Ao negar verdadeira dignidade da pessoa, o mundo medieval lança-se em uma abstração do divino, que se distancia até mesmo da essência do cristianismo. As ideias da Antiguidade ainda se sobrepõem na realidade social e o mundo medieval se perde no idealismo. A reação do Renascimento reside na afirmação do indivíduo contra a coletividade sufocante da vida medieval, como o grito de uma individualidade ontológica que não encontrava espaço para se expressar. O peso do período medieval é lançado longe por uma exacerbação do indivíduo e da materialidade na construção da civilização moderna. Já não mais o espírito e sim o corpo passa a ser exaltado, e a satisfação de suas aparentes necessidades passa a ser o fim último da existência.

A pessoa humana, portanto, ainda não encontra espaço na modernidade, advinda do Renascimento, em que o individualismo<sup>3</sup> burguês, centrado exclusivamente na materialidade, impede a pessoa de existir plenamente. O personalismo abraça, então, a tarefa de evocar a noção de pessoa humana, de ser humano como corpo e espírito, em meio à sociedade moderna – reino do indivíduo, em que ainda habita uma espiritualidade desencarnada –, a fim de construir condições favoráveis para sua plena realização: “Impõe-se-nos hoje acabar com esse pernicioso dualismo, tanto na nossa maneira de viver, como no nosso pensamento. O homem é um ser natural; através do seu corpo faz parte da natureza, e o seu corpo segue-o por toda parte.” (MOUNIER, 2004, p.30).

A pessoa humana surge no pensamento de Emmanuel Mounier como uma categoria aberta, que não se pode definir. A definição de pessoa humana a aprisionaria em um conceito que *per si* já não a representaria, pois uma característica base da pessoa humana é a liberdade. A pessoa humana é o que de mais íntimo há no homem, o ‘irrepetível’. Não pode ser, portanto, um objeto, a ser examinado ou moldado exteriormente. É sempre sujeito. Não se deve cair, no entanto, em um idealismo incapaz de dar nomes, relegando a pessoa humana ao reino do abstrato, ela se manifesta por meio do corpo e nele apresenta toda sua subjetividade.

Eis o meu vizinho. Tem do seu corpo um sentimento único, de que não posso participar; mas posso observar de fora esse corpo, examinar as disposições, manifestações hereditárias, formas, doenças, numa palavra, tratá-lo como se tratam matérias do saber fisiológico, médico, etc. Se é funcionário, terá um regulamento de

---

<sup>3</sup> Por individualismo, Mounier compreende o seguinte: “O individualismo é um sistema de costumes, de sentimentos, de idéias (*sic*) e de instituições que organiza o indivíduo partindo de atitudes de isolamento e de defesa. Foi ideologia e a estrutura dominante da sociedade burguesa ocidental entre o século XVIII e o século XIX.” (MOUNIER, 2004, p. 44).

funcionário, uma psicologia de funcionário, que podem ser estudados *no* seu caso, embora se não identifiquem com *ele*, com ele todo, na sua realidade compreensiva. Do mesmo modo, será ainda *um* francês, *um* burguês, *um* maníaco, *um* socialista, *um* católico etc. Mas já não será *um* Bernard Chatier; é Bernard Chatier. As mil maneiras por que eu posso determiná-lo como *um* exemplar de uma classe ajudame a compreendê-lo e sobretudo a utilizá-lo, a saber como hei de comportar quando estou com ele. Não são, no entanto, mais do que facetas fornecidas por cada um dos diferentes aspectos da sua existência. (MOUNIER, 2004, p. 15, grifo do autor).

Mesmo que Bernard Chatier viesse a falecer, e seu filho, herdando seus genes e sua casa, o substituísse como o vizinho de Mounier, jamais poderia ser Bernard Chatier. A subjetividade da pessoa humana, expressão de sua existência, a confere a sublime capacidade de ser único, não apenas em seus gestos, em sua aparência, em seu jeito de pensar, mas em sua totalidade como pessoa humana. A pessoa é corpo e espírito, e, igualmente, nessas duas formas existe no mundo e tem necessidade de existir. É um espírito encarnado e um corpo que se eleva. As experiências subjetiva (espiritual) e corporal fazem parte da mesma relação dialética entre matéria e consciência, em que a síntese é a existência pessoal. “Efetivamente, as duas experiências não são separáveis: *existir subjetivamente, existir corporalmente* são uma única e mesma experiência” (MOUNIER, 2004, p.36 e 37).

O personalismo de Mounier, dessa forma, aproxima-se dos existencialismos, ao ressaltar a necessidade humana de existir. A própria etimologia da palavra existir já a põe em contraste ao individualismo, pois contém em si a ideia de um movimento para fora (prefixo ‘ex’), de algo que não se completa em si mesmo. O personalismo, assim, assume que a pessoa humana só existe quando há o outro. A plena expressão de sua subjetividade está no relacionamento com o outro. Dessa forma, o personalismo rompe tanto com o individualismo, que isola a pessoa falsamente afirmando que ela é autossuficiente, como com o coletivismo que nega a expressão da subjetividade em favor de uma coletividade desfigurada, sem face.

Apesar de sua subjetividade, seu chamado à existência nega seu fechamento em si. Por ser um projeto em aberto, a pessoa recebe do meio (família, sociedade, sistema educacional, mídia...) influências que a condicionam. Dessa forma, Mounier (2004) apresenta uma crítica aos princípios do individualismo burguês, contrapondo-os à pessoa humana.

O principal a se dizer é que a pessoa humana é um movimento. A pessoa é constantemente chamada a se personalizar e isso significa auto-criar, participar, comunicar-se. Tomando uma análise da sociedade burguesa, nota-se que há uma inconciliável contradição entre a pessoa humana e o capitalismo. O movimento da pessoa deve ter um movimento correspondente da sociedade, a qual também deve caminhar à personalização. Mounier

(2004), então, trabalha com uma figura que facilita a compreensão sobre o que seja o movimento de personalização. O homem ainda convive com aspectos minerais, vegetais e animais em si. Como se ainda fosse imóvel como uma planta, frio e sem emoções como uma pedra, inconsciente como um animal. Personalizar-se é, portanto, ser plenamente humano. Nesse caminho, a humanidade (corpo social) deve tornar-se também cada vez mais humana.

Poderemos ver agora o paradoxo central da existência pessoal. Esta é o modo especificamente humano de existir. Deve ser, no entanto, incessantemente conquistada; só muito lentamente é que a consciência vai libertando do mineral, da planta ou do animal que em nós pesam. A história da pessoa será assim paralela à história do personalismo. Não se desenvolverá somente no plano da consciência, mas, em toda a sua grandeza, no plano do esforço humano para humanizar a humanidade. (MOUNIER, 2004, p.16).

A análise de Mounier sobre a contradição entre pessoa humana e capitalismo parte da concepção individualista da sociedade burguesa. O indivíduo, entendido como ser que pode ser isolado, desligado completamente de seus vínculos exteriores, é a antítese da pessoa humana. Este átomo social é visto por Mounier como a base da sociedade burguesa, do qual todo o resto se deriva. Do individualismo parte-se para uma negação da pessoa humana em suas três dimensões fundamentais: liberdade, participação e comunicação.

A liberdade burguesa, tão propagada por essa sociedade, para Mounier (2004) é falsa. O individualismo coloca o outro como fronteira para a liberdade individual. Dessa forma, termina por despersonalizar, privando o indivíduo da verdadeira liberdade que se dá no encontro com a liberdade do outro. A liberdade burguesa, assim, impede a pessoa humana de participar do corpo social e de comunicar-se (existir) com outras pessoas. “As outras pessoas não a limitam, fazem-na ser e crescer. Não existe senão para os outros, não se conhece senão pelos outros, não se encontra senão nos outros.” (MOUNIER, 2004, p. 46).

O indivíduo, por não necessitar do outro, é incapaz de pertencer a um grupo, uma coletividade. Não há para ele identidades com o coletivo. A construção da sociedade burguesa é então a soma de vários indivíduos, que não constituem uma coletividade. O mundo aparece para o indivíduo já pronto, cabendo a ele permanecer na esfera cotidiana do privado. Assim a pessoa humana perde sua característica da participação e da auto-criação. Como já exposto, o movimento de personalização envolve a pessoa e o corpo social. Participando como pessoa da coletividade é que se pode construir de maneira sólida a própria subjetividade e fazer despertar os outros ao mesmo movimento. A esta construção social animada pelo engajamento

pessoal Mounier (2004) chama comunidade. Em suma, “a pessoa só se liberta, libertando” (MOUNIER, 2004, p.38).

A comunicação não faz parte do microcosmo individualista. Compreendido como a necessidade da pessoa de sair de si (de existir), o ato de se comunicar, de expressar sua subjetividade, é cerceado pela concepção individualista da sociedade burguesa. Os empecilhos à comunicação são imensa força de despersonalização, por alienar o homem dele mesmo ao não permitir que ele vá ao encontro do outro. A comunicação é a experiência primitiva da pessoa, o personalismo procura, assim, colocá-la nas largas perspectivas abertas pela pessoa (MOUNIER, 2004).

Da crítica ao individualismo, na afirmação das estruturas do universo pessoal, Mounier (1936) parte para a crítica ao capitalismo. Ao tratar propriamente das categorias que compõem este sistema econômico, o autor está sempre tendo como referência básica a pessoa humana. Não se voltará a tratar propriamente dos aspectos aqui levantados ao longo desta seção, mas o argumento de sustentação da posição anticapitalista de Mounier está na afirmação do universo pessoal. Sua crítica só tem pertinência se se parte deste ponto.

## **2.2 Anticapitalismo e sociedade futura**

Os anos de 1930 são um período fértil à crítica ao capitalismo. A Europa ainda se reconstrói dos estragos da I Guerra Mundial e já é abalada por uma grave crise econômica em 1929. A crise, que se manifesta inicialmente nos Estados Unidos, parece pôr em xeque as esperanças de que o capitalismo americano fosse capaz de levar em frente a missão civilizatória ocidental, quando o território europeu já surge como o velho continente. É um momento histórico de fragilidade, no qual o capitalismo<sup>4</sup> sofre ataques de várias frentes distintas. É necessário, portanto, identificar claramente a visão crítica de Mounier, que é única, para não confundi-la com as demais vozes dos anos 30.

A posição anticapitalista de Mounier é, em parte, fruto do período em que escreve. Apenas em parte, pois tem suas raízes assentadas na pessoa humana, e a partir daí, por esta fazer parte de uma existência encarnada, entra na história e tem necessidade de questionar o

---

<sup>4</sup> O capitalismo é compreendido por Mounier (2004) como um processo histórico, negando-se, assim, a enquadrá-lo em uma definição estanque e, portanto, insensível ao desenvolvimento dos fatos. Isso, porém, não impede que o autor seja capaz de identificar os elementos fundantes do sistema, direcionando a eles sua crítica.

modo de vida capitalista, individualista, e, portanto, despersonalizante. Assim, como afirma Mounier (2004, p. 44 e 45), o homem moderno tornou-se o oposto da pessoa humana:

Homem abstrato, sem vínculos nem comunidades naturais, deus supremo no centro de uma liberdade sem direção nem medida, sempre pronto a olhar os outros com desconfiança, cálculo ou reivindicações; instituições reduzidas a assegurar a instalação de todos estes egoísmos, ou seu melhor rendimento pelas associações viradas para o lucro; eis a forma de civilização que vemos agonizar, sem dúvida uma das mais pobres que a história jamais conheceu. É a própria antítese do personalismo e o seu mais direto adversário.

Se o momento histórico da década de 1930 foi favorável à expressão crítica a respeito do capitalismo, por partir do ponto de vista da pessoa humana, Mounier (1936) apresenta-se como um crítico singular. A realidade específica do capitalismo europeu, fortemente marcada pela cultura niilista, chama a atenção de Mounier para a dimensão espiritual (moral) da crise dos anos 30. O homem niilista, filho do mundo burguês, exalta a si mesmo ao identificar que tudo está ao seu alcance, tudo lhe é permitido. Ao mesmo tempo, encontra em si um vazio profundo e se entrega à mediocridade de uma vida do conforto.

A perda de sentido é também evidenciada no campo da economia. Em meio à intensa crise de 1929, a pujante indústria fordista se depara com o problema da superprodução. É o retrato de uma sociedade que é levada pelas correntes do desenvolvimento, sem saber qual seu rumo. “Ela não pode, sem risco de catástrofe, entregar-se ao delírio da sua própria aceleração, delírio que Ford manifestava quando, a uma pessoa que lhe perguntava por que desenvolvia ele incessantemente as suas empresas, respondeu: ‘Porque não posso parar’” (MOUNIER, 2004, p.38). Dessa forma, cabe ao personalismo uma crítica profunda ao capitalismo atacando simultaneamente a crise estrutural e a espiritual. Mounier (1936) trata de afastar-se do senso comum de sua época, a fim de romper com as raízes do sistema capitalista.

Por fazer uma crítica muito mais relacionada à base moral do que à material do capitalismo, o personalismo foi por vezes confundido com o pensamento moralista ou reacionário. A saudade de tempos passados, como uma síndrome mais ou menos feudal, cabe apenas a classes que perderam espaço com o advento do capitalismo. Mesmo o anticapitalismo que pretende opor o capitalismo atual a uma espécie de mundo artesanal, está para Mounier (1936) preso a um bucolismo que não tem pertinência histórica para os tempos modernos. O confronto moralista entre a Ordem e a ordem estabelecida, como se houvesse um caminho perfeito preestabelecido a ser percorrido pela humanidade, é, para o

personalismo mounieriano, em verdade, uma defesa da propriedade, das regras do jogo que não se pretende a discutir tal moralismo (MOUNIER, 1936). Destes pensamentos anticapitalistas, o personalismo pretende distanciar-se completamente.

Mais próprias da década de 1930, estão as críticas acerca do excesso de capitalismo, como o keynesianismo e a alternativa reformista da socialdemocracia. É representativo do pensamento keynesiano, o embate entre o capital produtivo e o capital financeiro. A crise de 1929 é largamente caracterizada como a crise de Wall Street em que o desemprego se espalha rapidamente pelo território americano. A associação entre a desordem do capitalismo financeiro e o mau desempenho da economia real parece imediata. O keynesianismo parte então em defesa do capital produtivo. A socialdemocracia, por sua vez, percebe os abusos do sistema econômico e pretende, pouco a pouco, balancear o jogo de forças, permanecendo, porém, no mundo burguês do conforto, não confrontando as urgentes desordens do capitalismo de maneira radical.

Para Mounier (1936), estas visões que contrapõem o capital produtivo ao capital financeiro, o pequeno capitalista ao grande, o poupador ao aventureiro, compreendem o capitalismo como algo natural ou mesmo moralmente bom e que, acidentalmente, desviou seu caminho. “Seu espírito continua a ser um espírito capitalista”<sup>5</sup> (MOUNIER, 1936, p. 146, tradução nossa). Ao criticarem parcialmente este sistema, contribuem para sua perpetuação. Na perspectiva de o reformarem, colaboram com a efetivação de formas de vida menos hostis à pessoa dentro do capitalismo, nunca, porém, propondo a ruptura.

Mounier (1936) posiciona-se, assim, completamente em oposição ao capitalismo. Nesta perspectiva, diferencia-se também ao socialismo real, ao identificar nele heranças das desordens capitalistas como uma intensiva centralização, um viés industrialista e um racionalismo cientificista (MOUNIER, 1936). Por outro lado, Mounier (2004) afirma que o personalismo encontra vários pontos em comum com a teoria marxista<sup>6</sup> no que toca à crítica ao capitalismo. O autor desenvolve, assim, uma compreensão muito particular do que venha a ser socialismo, advinda de uma profunda compreensão da obra de Marx.

A visão anticapitalista de Mounier não se dedica apenas a criticar os abusos, faltas ou falhas de um sistema econômico tido como justo em seu todo. Contrariamente, Mounier

---

<sup>5</sup> “Leur esprit reste un esprit capitaliste” (MOUNIER, 1936, p. 146).

<sup>6</sup> A relação teórica entre Marx e Mounier será mais bem trabalhada na última seção. Ao se apresentar a chamada economia pluralista, abrir-se-á espaço para a discussão sobre a proximidade entre o personalismo e o socialismo de Marx.

(1936) identifica o capitalismo como o principal agente de opressão da pessoa humana ao longo de um século de história. Sua crítica, no entanto, aponta para o futuro, propondo uma nova organização social. “Nossa oposição ao capitalismo [...] ela não parte de um arrependimento do passado, mas de um desejo de inventar o que virá com todas as aquisições autênticas do presente”<sup>7</sup> (MOUNIER, 1936, p.147, tradução nossa). Sua crítica reside, portanto, no futuro, na esperança de que uma sociedade verdadeiramente humana ainda está por vir.

Mounier (1936) vai, então, desconstruir os aspectos fundantes do capitalismo, procurando desfazer as confusões acerca daquilo que é essência do capitalismo e aquilo que foi capturado por ele. Esta tarefa tem por finalidade lançar as bases para uma construção social futura em que a pessoa humana seja a base. Inicialmente, é preciso levar o aspecto econômico, centro da vida no capitalismo, para o seu devido lugar no corpo social, a serviço da pessoa humana. A partir daí, será possível reordenar as categorias próprias do mundo econômico.

A seguir será trabalhada a crítica de Mounier (1936) à economia capitalista. Essa crítica, por mais que se atenha a dimensões próprias da realidade econômica, é uma crítica que se propõe a ter um caráter filosófico, moral. Dessa forma, alguns conceitos apresentam forma imprecisa e, já que o próprio autor diz ter sua crítica proximidade àquela marxista, algumas dessas imprecisões serão rapidamente analisadas sob este prisma teórico.

### **2.3 Capitalismo e técnica: a civilização técnica**

O desenvolvimento capitalista é fruto de um imenso progresso técnico, que permitiu o homem de sair de sua simples ação direta sobre a natureza, para a construção de uma enorme quantidade de ferramentas que se interpõem entre o homem e a natureza, poupando-lhe esforço e ampliando sua capacidade de produção. Dentro do capitalismo, o progresso técnico, no entanto, vai tomando características tais que se torna uma força despersonalizante, construindo uma sociedade que se distancia da pessoa humana.

---

<sup>7</sup> “Notre opposition au capitalisme [...] Elle ne part point d’un regret du passé mais d’un desir d’inventer l’avenir avec toutes les acquisitions authentiques du présent.” (MOUNIER, 1936, p.147).

Edifica-se, assim, o que Mounier (1936) chama de “civilização técnica”, em que as estruturas do universo pessoal (liberdade responsável, auto-criação, comunicação) são tolhidas. Mounier (2004) utiliza a figura futurística de Huxley (2009) para se dirigir à forma como a exacerbação da técnica, na tentativa de organizar o funcionamento do homem e consequentemente da sociedade, termina por reduzir a própria humanidade.

O “admirável mundo novo” de Huxley é um mundo em que exércitos de médicos e de psicólogos tentam condicionar cada indivíduo de acordo com minuciosas instruções. Assim procedendo, de fora e por meio da força, transformando-os em máquinas bem elaboradas e bem alimentadas, esse superindividualizado mundo é, no entanto, a antítese de um universo pessoal, exatamente porque tudo está regulado, nada se cria, nada corre aí o risco de uma liberdade responsável. Faz da humanidade uma imensa e perfeita casa de bonecas (MOUNIER, 2004, p.15).

A crítica de Mounier a respeito do capitalismo o impele a pensar o futuro e, de sua posição histórica, tenta antever os desafios que a humanidade enfrentaria durante o século XX. “[...] a grande tentação do século XX será, sem dúvida, a ditadura dos tecnocratas, quer da direita, quer da esquerda, que esquecem o homem para só considerar a organização.” (MOUNIER, 2004, p. 122). Refere-se, então à técnica de maneira particular, temendo as consequências negativas do avanço da civilização técnica. Mounier (1936) crê que a técnica é capaz de estar a serviço do homem e não do capitalismo e acredita que ela pode ser um poderoso instrumento para a emancipação humana. Dessa forma, condena igualmente as ideologias progressistas e as antiprogressistas, buscando o justo lugar da técnica na construção da sociedade.

As ideologias que opõem o espírito humano ao desenvolvimento da técnica são compreendidas por Mounier (1936) como pueris. Estabelecem uma espécie de relação entre o progresso técnico e a vida espiritual como se as ferramentas cada vez mais sofisticadas impedissem o homem de viver sua vocação espiritual. Como se a sofisticação da técnica por si só fosse reduzindo o homem (*homo sapiens* ou mesmo a pessoa humana) a um mero fabricante de ferramentas, um *homo faber* (MOUNIER, 1936). Tal ponto de vista nega a existência incorporada da pessoa humana, relegando-a ao reino do espírito abstrato.

O personalismo despreza as ideologias progressistas. O homem não se desenvolve automaticamente com o progresso da civilização material. Aqueles que pensam que a instauração do mundo do conforto traz a plenitude de vida ao homem estão errados. A totalidade da pessoa humana, apesar de não a colocar em contradição com o progresso da

técnica, a impede de identificar-se plenamente a este. A pessoa humana, dessa forma, transcende, ultrapassa os limites da civilização material.

Mounier (1936) faz crítica também às ideologias antiprogressistas. Se a pessoa humana é um movimento, um projeto ainda por se concretizar, como pode o personalismo se posicionar contra o progresso? Assim, não o faz. Contrariamente, lança seu olhar para o futuro na busca de identificar o verdadeiro espaço da técnica, levando-a a campos ainda mais vastos do que àqueles hoje dedicada. A técnica deve libertar-se de seus fins puramente físico-matemáticos, próprios do sistema capitalista, e ser capaz de abraçar também a vida espiritual.

A técnica, para Mounier (1936), economiza o esforço humano desnecessário, encurtando os caminhos para seus objetivos. A técnica, assim, amplia a eficácia da ação humana, poupando-lhe também do desperdício de recursos naturais, espaço, tempo. Sua finalidade pode, portanto, ser boa ou ruim, dependendo de como é socialmente utilizada.

Mounier (1936) identifica que a técnica foi aprisionada pelo sistema capitalista, formando o que chama de civilização técnica. Por outro lado, crê que a técnica a serviço da pessoa humana é força de libertação para o homem. Ela deve, portanto, libertar-se das amarras capitalistas para poder servir ao homem. “O que se deve, portanto, reprovar na civilização técnica não é o fato de ela ser, em si, inumana, mas sim de não ser ainda humanizada e de servir a um regime inumano.”<sup>8</sup> (MOUNIER, 1936, p.149, tradução nossa).

Este regime inumano, o capitalismo, toma posse da técnica e a submete ao seu critério de eficiência: o lucro. O progresso técnico passa a ser quantificado, e somente sob esta forma, subsiste. O aprisionamento da técnica pelo capitalismo trouxe imensos benefícios a este na área da produção, tornando capaz até a mecanização do trabalho humano.

O processo de industrialização, que retira do artesão (trabalhador) o conhecimento global do processo produtivo, só é possível graças à mecanização da produção. Durante o fordismo da primeira metade do século XX, período histórico em que Mounier pôde vivenciar, a organização do trabalho dentro da fábrica tinha como centro a linha de montagem, em outras palavras, a máquina. O taylorismo e seu estudo de tempos e movimentos foi capaz de produzir o trabalhador tipo bovino, exclusivamente braçal.

---

<sup>8</sup> “Ce qu’il faut donc reprocher à la civilisation technique, ce n’est pas d’être inhumaine en soi, c’est de n’être pas encore humanisée et de servir un régime inhumain.” (MOUNIER, 1936, p.149).

“Conhecemos as palavras de Taylor: ‘Não pedimos que pensem, existem outros que são pagos para isto’.”<sup>9</sup> (MOUNIER, 1936, p.151, tradução nossa).

A técnica, dentro do capitalismo, participa, portanto, de sua organização em classes. A fábrica, locus privilegiado de acumulação no capitalismo fordista, reflete esta realidade ao colocar em posições opostas o trabalhador tipo bovino e a recente gerência taylorista. É preciso, no entanto, redirecionar a crítica para o capitalismo e não para a técnica. “A técnica foi posta a serviço de uma ordem mecânica de classe, onde a pessoa operária foi considerada como um simples instrumento da eficiência e da produção. A técnica é também escrava: não a tornemos responsável por sua escravização.”<sup>10</sup> (MOUNIER, 1936, p. 151, tradução nossa).

A perspectiva crítica de uma sociedade de classes, notória influência da teoria marxista, não impede que Mounier (1936) aponte os erros de alguns marxistas no que toca a sua relação com a técnica. O autor denuncia a hipertrofia do tecnicismo, no momento em que o marxismo minimiza a influência do biológico e do espiritual no homem, restringindo a totalidade da natureza humana. Para Mounier (1936), estes marxistas carregam ainda o grave defeito da visão capitalista do mundo ao minimizar no homem tudo aquilo que escapa da matemática e do industrial. Esta visão tecnicista do marxismo, porém, segundo o autor, é própria de uma interpretação primária daquilo que, para a época, era um novo modo de agir e pensar.

Para Mounier (1936), portanto, o lugar da pessoa é à frente da civilização técnica e não atrás. Se se imagina que a sociedade do século XXI desfruta do que há de mais avançado para seu próprio conforto, pode-se pensar no que não estaria disponível para a humanidade se os inventos da tecnologia não precisassem passar pelo crivo da rentabilidade. A libertação da técnica do capitalismo consiste em ampliar seu campo de ação, saindo do exclusivo campo físico-matemático e abrindo espaço para uma técnica da liberdade, do espírito e da criação.

A técnica ainda está na sua juventude. Quando estiver a serviço da pessoa humana, será capaz de alargar as estruturas mais sutis, assimilando as estruturas orgânicas e espirituais e encaminhar a maquinaria no sentido contrário das forças que conduzem à centralização, ao gigantismo industrial (MOUNIER, 1936).

---

<sup>9</sup> “On connaît le mot de Taylor: « On ne vous demande pas de penser, il y a d’autres gens qui sont payer pour cela. »”. (MOUNIER, 1936, p. 151).

<sup>10</sup> “La technique a été mise au service d’un ordre mécanique de classe où la personne ouvrière a été considérée comme un simple instrument de efficacité et de la production. La technique aussi est esclave : ne la rendons pas responsable de son asservissement.” (MOUNIER, 1936, p. 151).

## 2.4 A subversão capitalista

Aqui será apresentada a crítica mais contundente de Mounier (1936) ao capitalismo. Ao submeter o homem a sua lógica de funcionamento, este sistema, subverte as estruturas da pessoa humana. A finalidade social da produção, o trabalho responsável do homem, sua posição de consumidor, sua liberdade e a propriedade pessoal são todos postos a serviço do sistema capitalista. A admirável força da crítica personalista, todavia, peca na imprecisão de alguns conceitos econômicos, que serão analisados também tendo por base a teoria marxista, entendida como o referencial para as teorias que se propõem a compreender criticamente o capitalismo.

### 2.4.1 O lucro capitalista

O lucro não é, para Mounier (1936), uma remuneração normal pelo serviço prestado ou pelo trabalho realizado. Se assim fosse, seria considerado um sinal legítimo do bom andamento da economia. Pelo contrário, aproxima-se, por sua natureza, do ganho sem trabalho, como uma dádiva, uma herança inesperada, que, sem esforço, chega a quem o possui. O lucro não reconhece qualquer medida ou limite humano, quando se submete a algo, refere-se aos valores burgueses do conforto ou da consideração social. O lucro é indiferente quanto ao bem da própria economia ou das pessoas que se inserem em seu jogo. “A economia capitalista tende a se organizar inteiramente fora da pessoa, sobre um fim quantitativo, impessoal e exclusivo: o lucro.”<sup>11</sup> (MOUNIER, 1936, p. 153, tradução nossa).

O primado do lucro, finalidade exclusiva da economia capitalista, nasce, segundo Mounier (1936), conjuntamente à transformação do dinheiro de simples meio de troca em uma mercadoria capaz de multiplicar-se, passível de acumulação. Esta fecundidade do dinheiro é o que torna capaz o lucro capitalista. “Este, sendo adquirido [na medida em que é capitalista] com o mínimo de trabalho fornecido, de serviço real ou de transformação material, ele só pode ter sido tomado sobre o jogo próprio do dinheiro ou sobre o fruto do trabalho de

---

<sup>11</sup> “L’économie capitaliste tend à s’organiser tout entière en dehors de la personne, sur une fin quantitative, impersonnelle et exclusive : *le profit*.” (MOUNIER, 1936, p. 153).

outrem.”<sup>12</sup> (MOUNIER, 1936, p. 154, tradução nossa).

Nessa simples, porém, contundente análise de Mounier (1936) sobre o lucro, percebe-se alguns traços próximos ao pensamento econômico marxista. Marx (2010) também trabalha a transformação de dinheiro em capital, apontando-a como fator que abre a possibilidade de se estabelecer o processo de acumulação capitalista. Mesmo sem apresentar uma teoria própria sobre o valor econômico, Mounier (1936), ao afirmar que o lucro capitalista é fruto do trabalho alheio, aproxima-se da teoria da mais-valia. O mesmo não pode ser dito, por outro lado, de sua acusação sobre a fecundidade do dinheiro, já que para Marx (2010), o mercado financeiro não é capaz de gerar valor. Dessa forma, deve apresentar um correspondente da extração de mais-valia. No entanto, o que Mounier (1936) chama de jogo do dinheiro pode ser enquadrado, em linguagem marxista, como capital fictício, fruto da mera especulação.

Partindo do ponto de vista da pessoa humana, Mounier (1936) faz uma discussão pouco teórica sobre o lucro e prefere apresentar a realidade concreta onde acredita estarem os maiores abusos desse primado. É, para ele, mais importante denunciar a violência perceptível do capitalismo contra a pessoa. Trabalha, então com o lucro capitalista advindo do jogo do dinheiro e do ganho sobre o trabalho social, dando ênfase ao caso das sociedades de capital aberto.

O jogo do dinheiro é entendido por Mounier (1936) como isolado de sua função econômica, que seria de financiar os empreendimentos da economia real. É o puro ganho especulativo, rentista, sem qualquer contrapartida produtiva. As finanças modernas, assim, desenvolveram inúmeros mecanismos de obtenção desse tipo de lucro, fazendo girar o mundo capitalista sem qualquer ligação com a produção de bens. O Estado, por financiar a dívida do mercado financeiro, também participa deste jogo. Realizando empréstimo a fundo perdido, age em benefício dos rentistas em detrimento do patrimônio público. O autor chega a evocar o termo usura para definir o lucro advindo do jogo do dinheiro.

O capitalismo exerce diversas formas de usura sobre o trabalho social. Mounier (1936) é sensível às situações da relação entre capital e trabalho em que o assalariado sai

---

<sup>12</sup> “Celui-ci étant acquis (dans la mesure où il est capitaliste) avec le minimum de travail fourni, de service réel ou de transformation de matière, il ne peut être prélevé que sur le jeu propre de l'argent ou sur le fruit du travail d'autrui.” (MOUNIER, 1936, p. 154).

prejudicado. Nos momentos de prosperidade, o ganho do capital é dez vezes maior do que o do trabalhador, e, quando vem o período de crise, a contenção dos salários, garante o nível dos lucros (MOUNIER, 1936). Assim, o lucro se mostra como fruto da exploração do assalariado.

Ao se deparar com a nova organização das sociedades de capital aberto, Mounier (1936) denuncia a enorme disparidade de poder entre o grande capital e o pequeno. Não parte em defesa de um capitalismo onírico formado por pequenos produtores, mas pretende desmontar a fala dos defensores da sociedade de capital aberto, como uma forma de democratizar o capital: pseudodemocracia. É assim que se refere a esta organização, onde poucos acionistas são capazes de dominar uma corporação gigantesca e definir o rumo da vida de centenas de funcionários. Esta seria uma nova forma de ampliar o lucro capitalista e mascarar-lo por trás de uma organização mais democrática.

#### ***2.4.2 O capital contra o trabalho e a responsabilidade***

A relação entre capital e trabalho no capitalismo é mediada pelo dinheiro, sob a visão cega do lucro. Este se encontra totalmente dissociado de qualquer serventia, transformando-se em uma mera variável matemática (MOUNIER, 1936). “Ele não segue mais o ritmo de trabalho humano, acumula-se e desmorona sobre uma escala fantástica, para além das coordenadas reais da economia.”<sup>13</sup> (MOUNIER, 1936, p. 156, tradução nossa). Para Mounier (1936), o lucro é totalmente estranho às funções econômicas da pessoa do trabalho e da responsabilidade social.

A separação entre capital e trabalho, para o autor, marca o segundo defeito mais grave do capitalismo, estando atrás apenas da hipertrofia do tecnicismo. De maneira ingênua ou hipócrita, o capitalismo se estabelece como uma ordem entre o capital e o trabalho, em um sentido de equidade entre ambos. Na verdade, constitui o primado do capital sobre o trabalho tanto em suas remunerações como em seus poderes de ação dentro do sistema.

Os defensores do capitalismo pregam que a remuneração do capital e do salário está relacionada ao risco. O capitalista, por supostamente assumir os riscos do empreendimento, recebe o lucro, que supostamente também é totalmente flexível, variável. O trabalhador, em

---

<sup>13</sup> “Il ne suit plus le rythme du travail humain, il s'accumule et s'effondre sur une échelle fantastique, en dehors des coordonnées économiques réelles.” (MOUNIER, 1936, p. 156).

recompensa por seu trabalho e por não incorrer em nenhum risco, recebe uma remuneração fixa. Ao confrontar tal conjunto de suposições com a realidade do capitalismo, Mounier (1936) verifica que o capitalista encontra uma gama de mecanismos legais para defender seu ganho. Em última instância, recorre ao Estado para socorrê-lo da falência, tornando real o dizer: apropriação dos ganhos e socialização das perdas. O trabalhador, por outro lado, é amparado pelo suor de seu próprio rosto e convive constantemente com o risco do desemprego.

Mounier (1936) faz tais observações em meio às recentes consequências da crise de 1929, de um período em que o Estado atua de maneira mais efetiva na economia, sendo até responsável pela reversão do cenário de depressão. Esta mesma situação observada por Mounier (1936) pode ser novamente constatada, durante a crise de 2008, em que a ação do Estado, notadamente nos Estados Unidos – novamente centro da crise –, foi decisiva para a contenção das falências de bancos e indústrias. A minimização dos riscos capitalistas, apontada por Mounier (1936), parece ainda ser verdadeira no capitalismo contemporâneo. Dessa forma, o fator risco não apresenta consistência histórica para ser considerado como critério de remuneração.

O dinheiro, para Mounier (1936), é a chave mestra do sistema capitalista. Ele é o portador por excelência do segredo que abre as possibilidades de ação dentro do capitalismo. Assim, a concentração de poder que o capital financeiro, ainda mais do que o industrial, possui consiste em um enorme potencial de opressão e de monopólio de iniciativa no sistema. Esse poder é capaz de escravizar governos e até a opinião pública (MOUNIER, 1936).

Essa relação de poder tem sua expressão máxima na produção, entre capitalista e operário. Para o capitalista, o operário não é mais do que uma matéria prima, uma mercadoria, a ser incorporada ao processo de produção, comprada ao menor preço possível. Dessa forma, o operário é alienado completamente de sua condição como pessoa humana, é expropriado do legítimo produto de seu trabalho e não é mais o mestre de sua própria atividade (MOUNIER, 1936). O pensamento capitalista jamais poderá alcançar a realidade de que existe uma pessoa (no sentido personalista) operária, uma dignidade operária, um direito operário. Ele prefere a lançar nas categorias das *massas*, do *mercado de trabalho*, naquilo mesmo que impede de perceber tal realidade.

A expressão desse proletariado, que, pela própria visão capitalista, identifica-se às massas, é o sindicato, sob a identidade de classe. Mounier (1936) percebe, então, que é o

próprio capitalismo que aglutina essa massa de choque que se volta contra o próprio sistema. A tirania desse aparelho anônimo capitalista, que se governa pela cegueira do lucro, produz a massa cega que se contrapõe a ele mesmo. “Tiranía constituída, ele engendra por seus próprios métodos o tiranicida que virá a qualquer dia reivindicar contra ele a herança da ordem.”<sup>14</sup> (MOUNIER, 1936, p. 158, tradução nossa).

Mounier (1936) aproxima-se, nessa análise, de uma das grandes conclusões da teoria marxista, a saber, aquela em que o capitalismo é o limite para ele mesmo, construindo as condições para sua própria derrocada. A compreensão de Mounier (1936) é ainda mais profunda, pois identifica que a classe é uma construção capitalista, fruto de um processo de despersonalização da pessoa do operário. Dessa forma, a proposta revolucionária marxista, que propõe a libertação da classe, ainda não seria condição suficiente para a emancipação humana, tomando como base a totalidade da pessoa humana.

### ***2.4.3 O capital contra o consumidor***

A visão do capitalismo sobre o trabalhador é enganadora, mas sobre o consumidor tenta-se criar uma máscara ainda melhor trabalhada, uma verdadeira mística se cria em torno do consumo. A satisfação do *consumidor Ford* seria a meta do sistema. A pessoa humana se caracteriza legitimamente como consumidora, pois, necessita de elementos da natureza que estão fora de si mesma. Necessidade de comer, beber, vestir, relacionar-se, etc. Porém, no sistema capitalista, estas necessidades humanas têm de ser satisfeitas de acordo com o funcionamento das regras de mercado. Necessidades humanas e regras de mercado, todavia, apresentam muitas vezes direções opostas.

Mounier (1936) faz, então, uma rápida análise do funcionamento do fordismo, destacando a relação entre produção e consumo. A produção em grande escala, sob as condições de produção mais econômicas possíveis, encharca o mercado de produtos. A relação salarial fordista se encarrega de gerar o poder de compra necessário para garantir a realização da enorme produção. Assim, o ciclo deve funcionar perfeitamente. A produção fordista, no entanto não se direciona para o consumidor – homem real com suas necessidades

---

<sup>14</sup> “Constitué en tyrannie, il engendre par ses propres méthodes le tyrannicide qui viendra quelque jour revendiquer contre lui l’héritage de l’ordre.” (MOUNIER, 1936, p. 158).

humanas – este é visto como um simples cliente, fonte das vendas, e, portanto, do lucro (MOUNIER, 1936). “Não é, apesar das aparências, o consumo humano que interessa ao produtor capitalista, mas a operação comercial da venda.”<sup>15</sup> (MOUNIER, 1936, p. 158, tradução nossa).

Mounier (1936) faz também uma crítica à ciência econômica dos apologistas do capitalismo, ao afirmar que para ela o consumidor é reduzido a uma coordenada na curva de lucros. Tratado como uma simples variável nas equações do sistema, toda a lógica do capitalismo em relação ao consumidor está presente, no centro da teoria microeconômica. É uma predisposição deste campo de estudo, a posição do consumidor a serviço da produção e, conseqüentemente, do lucro.

A crise de 1929 vem abalar o ritmo frenético da circulação de mercadorias fordista. Para Mounier (1936), a própria ascensão do capitalismo financeiro demonstra que o ciclo fordista já não era mais capaz de suprir as necessidades de acumulação de capital para alimentar o sistema. Neste momento de crise, pode-se observar claramente que a produção capitalista não está direcionada à realização das necessidades humanas.

É então que o capitalista fala em superprodução: [simplesmente o fato em] que ele possa pronunciar esta palavra quando queimamos mercadorias na frente de trinta milhões de desempregados é uma prova suficiente de que ele dá ao sistema toda a atenção que gostaria de ter o homem.<sup>16</sup> (MOUNIER, 1936, p. 159, tradução e grifo nossos).

#### ***2.4.4 O capitalismo contra a liberdade***

Para Mounier (1936), ainda falta denunciar a mistificação capitalista em torno da liberdade. Místicas centrais do capitalismo, liberdade de concorrência e seleção dos melhores pela iniciativa individual, levam a uma defesa fácil do capitalismo, já que se escondem por trás de uma das principais características da pessoa, a liberdade. “A mistificação é ainda mais

---

<sup>15</sup> “Ce n’est pas, malgré l’apparence, la consommation humaine qui interesse le capitaliste producteur, mais l’opération commerciale de la vente.” (MOUNIER, 1936, p. 158).

<sup>16</sup> “C’est alors que le capitaliste parle de surproduction : qu’il puisse prononcer ce mot quand on brûle des marchandises devant trente millions de chômeurs est une preuve suffisante de ce qu’il reporte sur le système toute l’attention qu’il reviendrait à l’homme.” (MOUNIER, 1936, p. 159).

grave, porque se trata de uma mística de uma fórmula personalista dotada de uma grande força de sedução”<sup>17</sup> (MOUNIER, 1936, p. 159, tradução nossa).

Os defensores do liberalismo econômico, segundo Mounier (1936), teimam em afirmar que o capitalismo naturalmente tende a respeitar a concorrência, o que a realidade termina por mostrar ser irreal. Para Mounier (1936), a despeito da defesa liberal, o capitalismo, mesmo sem sofrer intromissões antiliberais, organiza-se em um regime de concentração, que se aproxima ao monopólio. A monopolização é também concentração de poder e fere inevitavelmente a liberdade. De acordo com Mounier (1936), o aparelho financeiro, ao se ampliar, leva a um processo ainda mais violento de despersonalização, por acelerar o ciclo de acumulação e concentração do capital.

O desenvolvimento capitalista, por tender à concentração, destrói as possibilidades de iniciativa privada que tanto propagandeia. “O capitalismo tem, assim, jogado contra a liberdade dos próprios capitalistas; toda atividade livre é pouco a pouco reservada aos mestres todo poderosos de alguns centros nervosos.”<sup>18</sup> (MOUNIER, 1936, p. 159, tradução nossa).

#### ***2.4.5 O capitalismo contra a propriedade pessoal***

Neste momento final da crítica ao capitalismo, Mounier (1936) já faz referência a uma economia a serviço da pessoa humana ao falar sobre a propriedade pessoal. Para o autor, a propriedade pode ser compreendida em um sentido geral, como sendo o modo de organização econômica em um mundo de pessoas. Assim, vai apresentar o argumento de que o capitalismo, na verdade, não respeita a propriedade pessoal.

Fundamentado na propriedade privada, o capitalismo vai contra a propriedade pessoal em quatro situações, de acordo com Mounier (1936). A primeira delas é quando o trabalhador assalariado não recebe o seu ganho legítimo, fruto de seu próprio trabalho, que também está fora de seu controle. A segunda é quando o empreendedor, o pequeno capitalista, tem sua iniciativa de negócio engolida pelo grande capital. A terceira acontece pelo processo de abertura do capital das empresas, quando as decisões dos responsáveis técnicos pela

---

<sup>17</sup>“La mystification est d'autant plus grave qu'il s'agit d'une mystique de formule personaliste douée d'une grande force de séduction.” (MOUNIER, 1936, p. 159).

<sup>18</sup>“Le capitalisme a joué ainsi contre la liberté des capitalistes eux-mêmes ; toute activité libre y est peu à peu réservée aux maîtres tout-puissants de quelques centres nerveux.” (MOUNIER, 1936, p. 159).

produção estão subordinadas às dos acionistas, que desconhecem a realidade do processo de produção. Por fim, Mounier (1936) destaca a perda do poder de compra dos consumidores na forma de poupanças, que estavam sendo perdidas por ocasião do caos financeiro da crise de 1929.

A temática da propriedade já havia sido objeto de análise de Mounier (1934), em que o autor contrapõe a propriedade capitalista ao que chama de propriedade humana. Nesse mesmo sentido, Mounier (1936) encerra a discussão fazendo uma comparação entre a defesa da propriedade capitalista e a manutenção da “ilusão da soberania popular”, sob a forma da democracia burguesa. Para o autor, elas beneficiam o mesmo grupo de pessoas e ambas servem “[...] para melhor mascarar seu monopólio oculto da propriedade, da liberdade, do poder econômico e do poder político.”<sup>19</sup> (MOUNIER, 1936, p.160, tradução nossa).

---

<sup>19</sup> “[...] pour mieux masquer leur monopole occulte de la propriété, de la liberté, de la puissance économique et de la puissance politique.” (MOUNIER, 1936, p.160).

### 3 PRINCÍPIOS DE UMA ECONOMIA A SERVIÇO DA PESSOA

A crítica de Mounier ao capitalismo é profunda, pois se assenta na pessoa humana e ganha um caráter transformador por fixar o olhar no que há de vir. Da mesma forma, sua proposta de construção social também tem a pessoa humana como elemento central e está voltada para o futuro. O autor percebe que este sistema trata o econômico como aspecto primordial da vida humana. “Na ainda tão primária fase da história em que vivemos, as necessidades, os hábitos, os interesses e preocupações econômicas determinam maciçamente os comportamentos e opiniões dos homens.” (MOUNIER, 2004, p.120). Para a construção de uma economia a serviço da pessoa, é preciso primeiro romper com essa relação de condicionamento do comportamento humano pelo econômico.

Mounier (1936) delinea os princípios de uma economia a serviço da pessoa humana, buscando responder à realidade total da pessoa. Tal economia deve ser o oposto do capitalismo, que subverte a ordem econômica, submetendo-a ao lucro. “Uma economia personalista, ao contrário, governa o lucro segundo o serviço realizado na produção, a produção segundo o consumo e o consumo segundo uma ética das necessidades humanas orientadas pela perspectiva total da pessoa.”<sup>20</sup> (MOUNIER, 1936, p.161, tradução nossa).

Para o personalismo mounieriano, a pessoa humana, na perspectiva econômica, deve ser entendida como consumidora e como produtora. Age como pessoa nessas duas dimensões. É um erro, segundo Mounier (1936), reduzir o papel econômico da pessoa somente à produtora ou à consumidora. É certo, porém, que a atividade criativa recebe mais destaque para o universo pessoal, já que é parte da expressão da existência pessoal, mas se for tomado como única dimensão econômica da pessoa, pode-se cair no erro do produtivismo e do industrialismo, que terminam por colocar a pessoa a serviço da produção.

A crise de 1929 retorna sempre à análise de Mounier (1936). Reporta-se agora à relação perversa entre os dois polos, consumo e produção. A circulação, em uma economia capitalista, sofre com o que chama de “fetichismo da circulação”. A produção parece perder seu valor, já que a conjuntura de superprodução, em que há um excesso de oferta em relação à demanda, não garante sua realização no mercado. Assim, cria-se o fetichismo da circulação,

---

<sup>20</sup> “Une économie personaliste règle au contraire elle profit sur le service rendu dans la production, la production sur la consommation, et la consommation sur une éthique des besoins humains replacée dans la perspective totale de la personne.” (MOUNIER, 1936, p. 161).

em que para o produtor, apenas a venda da mercadoria, a circulação, importa. Mounier (1936), cuja preocupação central é a pessoa humana, percebe a loucura da crise capitalista, que paradoxalmente convive com a superprodução e o desemprego, a abundância e a miséria.

O termo fetichismo da circulação demonstra a clara relação entre o personalismo mounieriano e a teoria marxista. Tomando como base a linguagem marxiana, do ponto de vista de Marx (2010), pode-se dizer que a crítica de Mounier (1936) está relacionada ao descolamento entre produção e consumo, sob o duplo caráter da mercadoria (valor e valor de uso). O fetichismo da circulação estaria associado à perda, natural no sistema capitalista, da noção do valor de uso na produção. Para o capitalista, o valor só se torna real na circulação, pois é aí que a mercadoria volta a se tornar dinheiro<sup>21</sup>. Para o consumidor final, no entanto, é a mercadoria como valor de uso que mais importa. Daí o conflito, chamado por Mounier (1936), de fetichismo da circulação. Por isso, no capitalismo, os produtores são capazes de jogar fora parte de sua produção, se isso for vantajoso em seu processo de circulação, na garantia, por exemplo, de seu preço de venda. Por outro lado, este fato parece absurdo para aqueles que entendem que a produção deve satisfazer as necessidades humanas.

Assim, Mounier (1936) trabalha com as duas atividades da pessoa humana em âmbito econômico, consumo e produção, de forma a reordenar a economia para que a pessoa, e não mais o lucro, seja o seu centro. Sua proposta para os princípios de uma economia a serviço da pessoa humana passa também pelos mesmos pontos de sua crítica ao capitalismo de modo a inverter sua subversão. Trata, então, da pessoa e o consumo, do primado do trabalho sobre o capital, do primado da responsabilidade pessoal sobre o aparelho anônimo, do primado do serviço social sobre o lucro e do primado dos organismos sobre os mecanismos.

A tentativa de Mounier (1936) de abordar os princípios de uma economia a serviço da pessoa humana, contudo, é uma tarefa muito difícil. O autor tenta se distanciar do uso de categorias que representam o presente, mas nem sempre consegue. Para Mounier (1936), a economia personalista deve ser completamente nova. O exercício de expor esse projeto de futuro com o vocabulário que se tem hoje, porém, pode ser confuso, levando mesmo ao falso entendimento de que o personalismo pretende levar à sociedade futura aspectos do mundo

---

<sup>21</sup> Tomando como base o esquema da fórmula geral do capital (D-M-D'), representativo da compreensão marxista do funcionamento da economia capitalista, o fetichismo da circulação apontado por Mounier (1936) estaria relacionado à fase (M-D'), ou seja, à transformação do valor ampliado sob a forma mercadoria para a forma dinheiro.

burguês. Para esclarecer este ponto, Mounier (2004, p. 121) afirma que “não podemos substituir o capitalismo por um regime construído com todas as peças.”. O personalismo, assim, apresenta-se como um projeto futuro em oposição radical ao capitalismo.

### **3.1 O consumo e a pessoa**

Para Mounier (1936), a dimensão do consumo está diretamente ligada ao universo pessoal. A pessoa humana se constitui consumidora, por sua existência encarnada, na medida em que necessita de meios materiais para sua sobrevivência e também, por expressar sua liberdade e pessoalidade nas escolhas do que consumir.

O liberalismo falsamente passa a ideia de que a economia capitalista se baseia sob a satisfação das necessidades humanas. Mounier (1936) vai negar a propaganda liberal afirmando que o capitalismo não leva em conta as reais necessidades do homem, mas sim apenas sua expressão monetária, que as falseiam. A demanda de mercado por um dado bem, por exemplo, representa apenas a relação entre preço e quantidade a ser consumida por parte daqueles que possuem poder de compra o suficiente para consumirem e não a realidade das necessidades de consumo de certa comunidade. Dessa forma, uma economia personalista deve ser o oposto da economia liberal e verdadeiramente comprometer-se com a satisfação das necessidades humanas.

Mounier (1936) inicia sua construção por uma “ética das necessidades”, em que divide os bens de acordo com as necessidades humanas de consumo e de criação. Trata também da relação entre produção e consumo, afirmando que a produção deve seguir as necessidades reais de consumo. Termina por defender a liberdade, no que toca ao consumo, assegurando o direito de propriedade pessoal, deixando sempre às claras a relação personalista entre liberdade e responsabilidade.

A ética das necessidades, segundo Mounier (1936), está fundamentada na existência encarnada da pessoa. Assim, as necessidades econômicas fazem parte do universo pessoal e devem respeitá-lo. A produção e o consumo em uma economia a serviço do homem deve seguir uma ética das necessidades, estando orientada para a satisfação das necessidades humanas. Para isso, Mounier (1936) organiza os bens de consumo em duas zonas, os bens de consumo imprescindíveis à vida e os supérfluos.

A primeira zona seria aquela que compreende os bens estritamente necessários à vida, ou seja, aqueles que fazem parte do mínimo indispensável à manutenção da vida física do indivíduo (MOUNIER, 1936). Nesse sentido, essa zona não compreenderia uma grande cesta de bens, já que as pessoas não diferem muito daquilo que precisam para sobreviver. Para Mounier (1936), essa zona de bens de consumo deveria ser responsabilidade de um organismo público, responsável por recolher as informações estatísticas de cada localidade. “O primeiro direito da pessoa econômica é, então, um direito ao mínimo vital. Ele exige a instituição de um serviço público destinado a satisfazê-lo.”<sup>22</sup> (MOUNIER, 1936, p. 163, tradução nossa).

Ao se pronunciar em favor de uma instituição pública, Mounier (1936) não tem em mente por certo o Estado burguês. Refere-se, certamente, a um sentido mais amplo do que venha a ser o público. Entende que o desenvolvimento do aparelho social e econômico restringe a possibilidade de a pessoa, por si, garantir seus meios de sobrevivência como produtora. A ampliação da abrangência da vida econômica na sociedade capitalista torna a pessoa cada vez mais consumidora. Dessa forma, a pessoa como consumidora deve receber, do conjunto do aparelho econômico e social, as condições mínimas de sobrevivência, que lhe foram tiradas pelo seu avanço.

Compreendendo a evolução da história econômica recente, principalmente da formação do proletariado, Mounier (1936) identifica o não atendimento das condições mínimas de sobrevivência à centralidade da condição proletária. Assim, a constituição de um serviço público que dê conta da oferta de bens de consumo indispensáveis à vida libertará o proletariado de um estado permanente e hereditário de insegurança vital (MOUNIER, 1936).

A segunda zona de bens de consumo é aquela dos bens ditos supérfluos, que fogem àquilo que é indispensável à vida. Ela não constitui uma zona que será definida de uma vez por todas, deve respeitar o desenvolvimento da economia e da sociedade. Não é possível organizar seu volume de consumo e de produção, se não apenas orientar a direção em que deve se desenvolver. Para Mounier (1936), é preciso romper com a noção de insaciabilidade do indivíduo sem cair em uma compreensão de que os hábitos de consumo devem se reduzir bastante para que a economia seja capaz de satisfazer a todos.

Segundo Mounier (1936), os caprichos mutantes e insaciáveis do indivíduo são o fundamento de uma mitologia da abundância, em que a economia futura seria como uma Ilha

---

<sup>22</sup> “Le premier droit de la personne économique est donc un droit au minimum vital. Il exige l’institution d’un service public destiné à le satisfaire.” (MOUNIER, 1936, p. 163).

de prazeres. Tal pensamento habita o imaginário de parte da direita progressista e parte da esquerda revolucionária. De ambas as formas, o personalismo a opõe por não dar conta da realidade total da pessoa como criadora e consumidora. As ideologias que, em reação, afirmam certo malthusianismo econômico, pessimistas quanto ao futuro da economia e crentes que um ordenamento moral externo seja a solução para a contenção das novas restrições econômicas, também estão em contradição com o universo pessoal. Para Mounier (1936), o desenvolvimento econômico não deve cessar, se este for a expressão autêntica da capacidade criativa da pessoa humana e corresponder às suas necessidades de consumo. A economia, assim, não se transformará de acordo com um código moral, mas sim de acordo com as realidades da pessoa.

Segundo o personalismo mounieriano, a ética individual se restringe ao seu domínio, contrariamente às teses idealistas, como a malthusiana. Neste sentido, Mounier (1936) posiciona-se em favor de uma ética individual para o comportamento da pessoa no consumo que se aproximaria do que chama de pobreza.

No plano da ética individual, nós pensamos que certa pobreza é o estado ideal da pessoa: por pobreza, nós não entendemos um ascetismo indiscreto, ou qualquer avareza vergonhosa, mas uma desconfiança do peso dos apegos, um gosto pela simplicidade, um estado de disponibilidade e leveza, que não exclui nem a magnificência, nem a generosidade, nem mesmo um importante movimento de riquezas, se é um movimento livre da avareza. <sup>23</sup> (MOUNIER, 1936, p. 164, tradução nossa).

Essa visão sobre o comportamento da pessoa quanto ao consumo está intimamente relacionada ao pensamento cristão. A noção de pobreza apresentada por Mounier (1936) é uma oposição ao consumismo egoísta da sociedade capitalista. A pessoa, assim, deve se distanciar dos bens materiais, ser pobre, não em um sentido de não mais os possuir, mas sim, de verdadeiramente os possuir, colocando-se acima destes. O capitalismo, por sua incessante necessidade de expansão, cria uma sociedade de consumo, em que o apelo a consumir é tão forte que as mercadorias terminam por possuir as pessoas. Já não é o consumo que serve a suas vidas, mas suas vidas que se voltam em torno do consumo. A vivência da pobreza, no

---

<sup>23</sup> “Sur le plan de l’étique individuelle, nous pensons qu’une certaine pauvreté est le statut idéal de la personne : par pauvreté nous n’entendons pas un ascétisme indiscret, ou quelque avarice honteuse, mais une défiance de la lourdeur des attaches, un goût de la simplicité, un état de disponibilité et de légèreté qui n’exclut ni la magnificence, ni la générosité, ni même un important mouvement de richesses, si c’est un mouvement garanti de l’avarice.” (MOUNIER, 1936, p. 164)

sentido personalista (e também cristão), torna-se imperativa para o completo rompimento com a economia capitalista, segundo Mounier (1936).

A pobreza, porém, restringe-se ao domínio da ética individual e não se apresenta como um empecilho para o desenvolvimento de uma economia personalista como um todo. A invenção, seja técnica seja em outros campos do conhecimento, move-se não pela insaciabilidade individual, mas por sua própria dinâmica de evolução. Não é pelo egoísmo, como na economia capitalista, que a economia personalista busca desenvolver-se, mas sim pela libertação da característica humana da inventividade das amarras do capitalismo. Dessa forma, Mounier (1936) é contrário que a economia futura seja estagnada, como uma mera reprodução das condições de vida. “A economia humana é uma economia inventiva, portanto, uma economia progressiva.”<sup>24</sup> (MOUNIER, 1936, p. 164, tradução nossa).

A economia humana será capaz de dar vazão à criatividade humana, ordenando-a na abundância. Para Mounier (1936), não haverá mais o constrangimento da busca pela sobrevivência, e cada pessoa será capaz de inventar seu próprio estilo de vida, expressando sua individualidade. O desabrochar de uma vida espiritual, segundo Mounier (1936), também terá seu papel nessa nova forma de existência, ao impedir uma possível predominância do material, respeitando a totalidade da pessoa humana. Assim, mesmo em meio à abundância, resistirá o espírito de pobreza, que dará à materialidade sua verdadeira fecundidade para a vida humana.

De acordo com Mounier (1936), ao lado das necessidades de consumo estão as necessidades de criação. Estas, segundo Mounier (1936), não devem encontrar qualquer obstáculo, em sentido econômico, para sua realização, a não ser as aptidões pessoais e o nível geral da riqueza. Dessa forma, a economia personalista configurar-se-á como um regime da abundância em que as potencialidades humanas estarão libertas de qualquer constrangimento.

Em um regime da abundância ilimitada, a fórmula ‘A cada um de acordo com sua necessidade’ deverá as englobar. Uma economia humana, em todo caso, no lugar de satisfazer às ‘condições necessárias’ de acordo com os códigos convencionais da classe, deverá primeiramente sustentar esta condição primeira do homem, que é sua condição de pessoa criativa.<sup>25</sup> (MOUNIER, 1936, p. 165, tradução nossa).

---

<sup>24</sup> “L’*économie humaine* est une *économie inventive*, donc une *économie progressive*.” (MOUNIER, 1936, p. 164).

<sup>25</sup> “Dans un régime d’abondance illimitée, la formule « A chacun selon ses besoins » devrait les englober. Une *économie humaine*, en tous cas, au lieu de satisfaire au « nécessaire de condition » selon les codes

Mounier (1936) opõe à economia capitalista a economia personalista, ao afirmar que esta é o regime da abundância enquanto aquela, o regime da “escassez dos bens”. Em respeito ao que chama de elemento radical da pessoal, Mounier (1936) associa a necessidade criadora da pessoa à sua vocação a participar da aventura humana no plano econômico. Esse é o chamado pessoal de cada pessoa: contribuir com o desenvolvimento da humanidade. Assim, a pessoa precisa satisfazer essa sua necessidade criadora, a economia personalista dará as condições para tanto.

Para Mounier (1936), o consumo como atividade pessoal deve permanecer uma atividade livre. Aqui o autor não está considerando que o consumo na sociedade capitalista é plenamente livre, já que discute as condições de classe relacionadas ao exercício da criatividade e a condição proletária de insegurança vital quanto à restrição ao consumo. Faz, então, uma oposição a uma possível posição em favor de um planejamento total quanto ao consumo, o que seria contrário à economia personalista. Para Mounier (1936), o controle dos organismos coordenadores da economia personalista será responsável por coletar as estatísticas das necessidades de consumo e garantir as iniciativas comerciais, combatendo os monopólios publicitários. Uma organização entre os produtores do mesmo setor também será necessária para controlar os poderes públicos dos organismos coordenadores.

Para Mounier (1936), a liberdade no consumo é a primeira forma do direito de propriedade pessoal. Este direito, segundo o autor, ainda não passa de teoria no presente, mas seu exercício pleno seria regido por dois limites, um interior e outro exterior à pessoa. O limite interior estaria associado à lei natural que promove o uso pessoal dos bens ditos comuns de maneira a garantir que a comunidade esteja livre da avareza congênita à propriedade (MOUNIER, 1936). O limite exterior estaria relacionado à organização coletiva, que deverá regular o consumo de acordo com a conjuntura econômica, para que se tenha sempre o melhor para o bem comum. Percebe-se aqui mais uma vez a influência do cristianismo no pensamento de Mounier, ao relacionar um ordenamento ético natural, que é aquele que compreende a pessoa em sua totalidade, à promoção do bem comum, por meio de uma organização coletiva que respeite a liberdade da pessoa humana.

---

conventionnels de la classe, devrait d’abord soutenir cette condition première de l’homme, qui est sa condition de personne créatrice.” (MOUNIER, 1936, p.165).

### 3.2 A produção e a pessoa

Após a apresentação da visão de Mounier acerca do consumo e a pessoa, esta seção secundária será dedicada a percorrer a construção teórica feita em Mounier (1936) a respeito da relação entre a pessoa e a produção. É na dimensão da produção que Mounier (1936) procura de maneira mais sólida opor a economia personalista ao capitalismo, fazendo com que todo o aparelho produtivo esteja à altura da dignidade da pessoa humana. Ao falar sobre a produção, o autor buscará desde o início diferenciar seu ponto de vista, o personalismo, de outras correntes de pensamento econômico como o liberalismo e o coletivismo.

Segundo Mounier (1936), a perspectiva liberal da produção é idealista e sacrifica a realidade por um ideal não sustentado pelos fatos. A visão coletivista pura, por outro lado, é racionalista e sacrifica a realidade por um aparelho lógico que se desenvolve em um sistema fechado, fora da condição humana. Ambas, dessa forma, falham por negligenciarem a existência humana como pessoa. O personalismo deve dar uma resposta coerente às duas visões, respeitando a totalidade da pessoa humana também no que diz respeito à produção, levando-a ao centro da vida econômica. “Uma concepção personalista da produção se caracterizará pela dominância que ela dá aos fatores pessoais sobre os fatores impessoais. Isso resulta em várias reversões de hierarquia, que terão consequência sobre todo o aparelho econômico.”<sup>26</sup> (MOUNIER, 1936, p. 167, tradução nossa).

Esta concepção personalista da produção se faz perceber em Mounier (1936), quando trata de inverter todas as relações que colocam o capitalismo contra a pessoa. Primeiramente, o autor irá tratar da relação entre trabalho e capital, afirmando o primado do trabalho. A responsabilidade pessoal e o aparelho anônimo serão postos em oposição, e, para o personalismo, a responsabilidade pessoal deve preceder qualquer forma de controle anônimo sobre a produção. O serviço social e o lucro, em uma economia personalista deverão funcionar de modo que o ganho esteja relacionado ao serviço social prestado. Por fim, a análise da construção personalista seguirá para a sobreposição dos organismos aos mecanismos, de modo que haja um processo de descentralização da economia e uma relação mais autônoma e harmoniosa entre as unidades produtoras.

---

<sup>26</sup> “Une conception personaliste de la production se caractérisera par la prépotence qu’elle donne aux facteurs personnels sur les facteurs impersonnels. Il en résulte plusieurs renversements de hiérarchie qui porteront leurs conséquences sur tout l’appareil économique. (MOUNIER, 1936, p. 167).”

### ***3.2.1 Primado do trabalho sobre o capital***

Mounier (1936) inicia sua construção acerca da produção falando sobre a necessidade da inversão da relação entre capital e trabalho. Não mais, como no capitalismo, o trabalho servirá ao capital, mas sim este será um instrumento econômico para a produção. O autor irá se posicionar em relação ao capital como dinheiro e seu papel produtivo. A principal discussão será, no entanto, em torno da concepção personalista sobre o trabalho.

Segundo Mounier (1936), o capital, entendido como dinheiro, não deve ser mais do que um instrumento de produção. Ele não deve, como no capitalismo, ser capaz de se multiplicar. Assim, em uma economia personalista, devem ser abolidos os juros sobre empréstimos e todas as formas de especulação. As bolsas de valores ou de mercadorias devem ser reduzidas a funções regulamentadoras, como espécies de instâncias capazes de enxergar o movimento da economia de maneira mais ampla a fim de detectarem as necessidades de crédito e problemas no nível de produção de certos setores.

Reduzido ao papel simbólico de instrumento de produção, o capital dinheiro, de acordo com Mounier (1936), não deverá ter qualquer direito direto sobre o produto do trabalho ao qual está relacionado. Aquele capital que vem de fora da empresa e não participa da produção não deve exercer qualquer tipo de influência nas decisões produtivas, da mesma forma que não merece qualquer remuneração. Por outro lado, segundo Mounier (1936, p. 167, tradução nossa), o capital dito pessoal, “[...] que participa da vida da empresa pelo trabalho de seu possuidor e seus riscos”<sup>27</sup>, deve receber uma remuneração, não como uma espécie de dividendo, mas sim como um “[...] título de coproprietário participando dos benefícios assim como ele participa dos riscos: o lucro segue pessoal como o engajamento.”<sup>28</sup>.

Todos os outros tipos de capital, que são irresponsáveis e exteriores à empresa, devem ser evitados. Segundo Mounier (1936), o capital como dinheiro, não deve ser suprimido da economia, por outro lado, precisa assumir a posição de um material econômico, por se assim dizer, sem a capacidade de governar ou se proliferar. O trabalho deve, então, dar sentido à produção, opondo-se à predominância capitalista do dinheiro como centro da produção. “O trabalho é o único agente propriamente pessoal e fecundo da atividade

---

<sup>27</sup> “[...] qui participe à l'ave de l'entreprise par le travail de son possesseur, et à ses risques.” (MOUNIER, 1936, p. 167).

<sup>28</sup> “[...] titre de copropriété participant aux bénéfices comme il participe aux risques : le profit reste personnel comme l'engagement.” (MOUNIER, 1936, p. 167).

econômica; o dinheiro não pode ser ganho sem uma ligação pessoal com o trabalho; a responsabilidade não pode ser assumida a não ser por um trabalhador.”<sup>29</sup> (MOUNIER, 1936, p. 168, tradução nossa).

Para a produção, o trabalho deve ser, portanto, o elemento central. Desfeita a ilusão da economia capitalista, que coloca o dinheiro como finalidade da produção, o trabalho deve ser entendido como uma atividade pessoal responsável e capaz de realizar as necessidades criativas da pessoa. Para o personalismo, porém, o trabalho não é aquilo que de mais importante há para o homem. “O trabalho não é o valor primeiro do homem, porque ele não é toda sua atividade, nem sua atividade essencial: a vida da inteligência e a vida do amor a ultrapassam em dignidade espiritual.”<sup>30</sup> (MOUNIER, 1936, p. 168, tradução nossa).

Ao rejeitar o materialismo, Mounier (1936) nega a premissa de que o trabalho seja o elemento definidor do homem, aquilo que de mais elevado há em sua existência. Assim, opõe-se às ideologias trabalhistas, defendidas por grande parte dos marxistas que acreditam ser o trabalho a atividade definidora do ser humano. Por outro lado, compreende que o trabalho exerce uma função importante na vida humana e que, apesar da dureza, possui sua dignidade e beleza, que vêm de sua essência como atividade natural. Todo trabalho humano, segundo Mounier (1936), leva o homem a encontrar-se com ele mesmo, sendo um instrumento de disciplina e de desenvolvimento da camaradagem entre os operários. Cria um espírito de comunhão pelo serviço prestado, possibilitando comunidades mais profundas. O trabalho criativo pode se elevar na beleza da arte, da poesia, do teatro. Ele, por fim, dá ao homem a graça do descanso após o dever cumprido, dando sentido ao lazer.

Mas para que o trabalho desenvolva assim suas riquezas humanas sem reivindicar por ressentimento o todo do homem e o todo da sociedade, é indispensável que lhe sejam feitas algumas condições humanas, que ele não esteja submisso como hoje ao esmague e à humilhação do poder materialista do dinheiro e das castas criadas pelo dinheiro; que ele não seja mais tratado pelo capital como uma mercadoria submissa à bolsa de oferta e demanda, eliminado de seus postos de autoridade e frustrado dos frutos de sua atividade.<sup>31</sup> (MOUNIER, 1936, p. 169, tradução nossa).

---

<sup>29</sup> “Le travail est l’unique agente proprement personnel et fécond de l’activité économique ; l’argent ne peut être gagné qu’en liaison personnelle avec un travail ; la responsabilité ne peut être assumé que par un travailleur.” (MOUNIER, 1936, p. 168).

<sup>30</sup> “Le travail n’est pas la valeur première de l’homme, parce qu’il n’est pas toute son activité, ni son activité essentielle : la vie de l’intelligence et la vie de l’amour le surpassent en dignité spirituelle.” (MOUNIER, 1936, p. 168).

<sup>31</sup> “Mais pour que le travail développe ainsi ses richesses humaines sans revendiquer par ressentiment le tout de l’homme et le tout de la société, il est indispensable que des conditions humaines lui soient faites, qu’il ne subisse pas comme aujourd’hui l’écrasement et l’humiliation par la puissance matérialiste de l’argent et des castes créées

O personalismo, assim, busca dar o real valor do trabalho, restringindo-o ao domínio econômico, respeitando a totalidade da pessoa. Para que o trabalho seja visto como uma riqueza humana, é necessário que as relações de produção capitalistas, que dividem a sociedade em classes e subjugam o trabalho, sejam abolidas, assim como todas as formas de compreensão do trabalho como mercadoria.

Mounier (1936) conclui sua proposição acerca da relação entre trabalho e capital instituindo quatro leis que irão estabelecer o primado do trabalho sobre o capital:

1º O trabalho como obrigação universal. Todos são chamados a contribuir com a construção da sociedade por meio do trabalho e somente assim podem participar da repartição de seus frutos. O autor deixa como ressalva que aqueles que são incapacitados de trabalhar devem ter seus direitos de consumo garantidos pela sociedade.

2º O trabalho não é mercadoria, mas uma atividade pessoal. Assim, é a favor da abolição do mercado de trabalho.

3º O direito ao trabalho é um direito inalienável e pessoal. A sociedade deve garantir o direito elementar da propriedade dos meios de trabalho.

4º O trabalho possui a prioridade inalienável sobre o capital em todos os postos da vida econômica como o ganho, a responsabilidade e a autoridade.

### ***3.2.2 Primado da responsabilidade pessoal sobre o aparelho anônimo***

Nesta seção terciária se concentra a parte mais definida da proposição de Mounier (1936) acerca de uma economia personalista. Nela também está de maneira mais clara o posicionamento do autor em favor do trabalho e dos trabalhadores. Após ter definido o valor do trabalho para o homem dentro da dimensão econômica, parte para a defesa de uma organização econômica em que todos sejam trabalhadores responsáveis, capazes de se emancipar da condição proletária.

---

par l'argent; qu'il ne soit plus traité par le capital comme une marchandise soumise à la bourse de l'offre et de la demande, éliminée des postes d'autorité et frustrée des fruits de son activité." (MOUNIER, 1936, p. 169).

O caráter pessoal do trabalho humano é a responsabilidade, o que engloba a autoridade e a iniciativa. Dessa forma, uma economia personalista se opõe ao capitalismo ao negar a natureza do capital anônimo, irresponsável e onipresente, que governa o sistema capitalista (MOUNIER, 1936). Mounier (1936) afirma, então, que o anonimato do capital deve ser abolido da economia e que o trabalho humano deve assumir seu caráter pessoal e não mais encontrar as barreiras impostas pelo capital. Para o autor, é necessário que as classes sociais, frutos do desenvolvimento da economia capitalista, sejam extintas e se instale uma “democracia econômica”. Este seria, para Mounier (1936), o caminho para a emancipação dos trabalhadores. Assim, propõe novas formas de organização do trabalho e dos trabalhadores, de modo que, para o funcionamento da economia, todos trabalhem e todos sejam responsáveis pelos rumos da produção.

Primeiramente, Mounier (1936), certamente sob a influência da crise de 1929, trata da abolição do anonimato do capital, o que significaria a abertura da movimentação das contas das empresas para o público. Em consequência, propõe o fim das sociedades anônimas, e os títulos de propriedade devem ter um caráter pessoal e não especulativo. O capital dinheiro, entendido como um mero instrumento econômico, mediador das transações, deve ter seu uso restrito à realidade da empresa<sup>32</sup> e não terá qualquer forma de controle deliberativo sobre ela.

Como mediador das transações econômicas, o dinheiro ainda influenciará as decisões da empresa no sentido da melhor alocação dos recursos, que não serão ilimitados. Esta limitação, porém, não se assemelha à escassez da economia capitalista, pois não haverá mais a dimensão da acumulação de capital. Dessa forma, as decisões dentro da empresa estarão a cargo do trabalho e não mais do capital. “A autoridade e a gestão pertencem exclusivamente ao trabalho responsável e organizado.”<sup>33</sup> (MOUNIER, 1936, p.170, tradução nossa). Mounier (1936) pretende, assim, romper com o governo de bancos e conselhos administrativos sobre os rumos das empresas e com o regime assalariado capitalista, dando o controle do crédito aos trabalhadores e fazendo-os também participar dos resultados da empresa.

Mounier (1936) almeja romper com o regime assalariado capitalista, sem, porém, necessariamente romper com a remuneração fixa, desde que esta seja capaz de no mínimo

---

<sup>32</sup> A empresa é entendida por Mounier (1936) como a célula econômica da economia personalista, diferenciando-se da empresa capitalista. O termo será mais bem discutido na última seção terciária desta seção.

<sup>33</sup> “Autorité et gestion appartiennent exclusivement au travail responsable et organisé.” (MOUNIER, 1936, p. 170).

garantir uma vida digna ao trabalhador e não o coloque em situação de risco de desemprego. Para Mounier (1936) o trabalhador tem o direito aos frutos de seu trabalho. Dessa forma, não deve ser mais o capital que faz uma concessão em pagar o salário, mas o salário de cada um tem de ser uma parte do ganho global da empresa, de acordo com sua participação na produção. O regime assalariado capitalista, para Mounier (1936) não passa de uma humilhação para o trabalhador, pois dá ao capital a plena autoridade sobre a remuneração. Assim, o empenho maior dos esforços dos trabalhadores só gera um aumento do lucro e, conseqüentemente, do poder que os oprime e retira deles mesmos o domínio sobre seus trabalhos. O autor, então, fará uma análise sobre a relação entre a forma capitalista do salário e a luta de classes.

*“O regime assalariado capitalista é o primeiro e o principal responsável pela luta de classes. Ele consagra uma dominação do dinheiro sobre o trabalho que está na fonte do ressentimento operário e da solidariedade de classe dos trabalhadores.”*<sup>34</sup> (MOUNIER, 1936, p.170, tradução nossa, grifo do autor). O personalismo, porém, apresenta uma compreensão muito particular acerca da luta de classes. Mounier (1936) entende que a luta de classes é um fato, mas não se considera partidário dela, por crer que a classe é ainda uma forma despersonalizada de compreensão e organização social e, portanto, incapaz de levar à emancipação dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, critica profundamente a ideia da colaboração entre as classes dentro do sistema capitalista. Para Mounier (1936), a colaboração de classes só leva a possíveis melhorias para os trabalhadores, sem, porém, romper com a força de opressão do capital sobre os homens.

Segundo Mounier (1936), a colaboração entre interesses divergentes só será possível em uma sociedade econômica humanamente constituída, em que o trabalho tenha total autoridade e liberdade de iniciativa. Assim, os interesses vivos, ordenados, pessoais e coletivos, mesmo divergentes, convergirão para a construção do que Mounier (1936, p.172) chama de “comunidades orgânicas”. O tema é mais bem discutido em Mounier (1935), quando se fala em revolução personalista e comunitária.

O regime novo deve por fim ao regime da anarquia e da tirania que representa hoje o capitalismo, pela criação de comunidades orgânicas onde se inserem a vida privada, a vida pública, a profissão. O equilíbrio entre essas comunidades descentralizadas as

---

<sup>34</sup> *“Le salariat capitaliste est le premier et le principal responsable de la lutte des classes. Il consacre une domination de l’argent sur le travail que est à la source du ressentiment ouvrier et de la solidarité de classe des travailleurs.”* (MOUNIER, 1936, p. 170, grifo do autor).

resguardará contra o retorno da anarquia ao mesmo tempo em que salvaguardará a pessoa, valor primário, contra a opressão de um aparelho social por demais centralizado.<sup>35</sup> (MOUNIER, 1935, p. 198, tradução nossa).

É então que o autor tece o conceito de democracia econômica, compreendendo ser esta a forma em que a economia deva se organizar. Mounier foi um grande crítico da democracia burguesa. Dessa forma, a democracia econômica não se pode parecer com a democracia parlamentar, em que há um falso igualitarismo. A economia, segundo Mounier (1936), deve ser uma democracia orgânica, na qual a autoridade não é negada e há um enorme esforço de personalização da humanidade. Dessa maneira, na produção, deve caber a cada trabalhador o máximo das prerrogativas da pessoa, como responsabilidade, comando, iniciativa, criatividade e liberdade, dentro de suas capacidades pessoais e das necessidades da organização coletiva (MOUNIER, 1936). Estas são as exigências para romper com a submissão do trabalhador ao aparelho capitalista, para a emancipação dos trabalhadores.

A emancipação dos trabalhadores é compreendida por Mounier (1936) como a passagem dos trabalhadores de meros instrumentos para associados da empresa, como atores principais do sistema econômico. A emancipação dos trabalhadores é tratada por Mounier (1936) como mais uma etapa da personalização da humanidade. Então, faz uma crítica à visão limitada de alguns marxistas, que a compreendem como o estágio final da luta por uma sociedade justa e plenamente humana.

Na sua essência, esta virada histórica não é, como a apresentam certos críticos radicais, a última onda destruidora do tumulto democrático, mas em um plano de fato segundo, embora não seja mais secundária, *uma etapa da personalização progressiva da humanidade, isto é, da espiritualização do homem.*<sup>36</sup> (MOUNIER, 1936, p.173, grifo do autor, tradução nossa).

A emancipação, como o processo de uma pessoa adulta para se tornar autônoma, deverá ser obra dos próprios trabalhadores. Para tanto, é necessário combater o paternalismo e

---

<sup>35</sup> “Le régime nouveau doit mettre fin au régime d'anarchie et de tyrannie que représente aujourd'hui le capitalisme, par la création de communautés organiques où s'insèrent la vie privée, la vie publique, la profession. L'équilibre de ces communautés décentralisées les garantira contre les retours de l'anarchie en même temps qu'il sauvegardera la personne, valeur première, contre l'oppression d'un appareil social trop centralisé.” (MOUNIER, 1935, p.198).

<sup>36</sup> “Dans son essence, ce tournant historique n'est pas, comme le pensent certains critiques radicaux, la dernière vague destructrice du tumulte démocratique, mais sur un plan à vrai dire second, bien qu'il ne soit plus secondaire, *une étape de la personnalisation progressive de l'humanité, c'est-à-dire de la spiritualisation de l'homme.*” (MOUNIER, 1935, p.173, grifo do autor).

todas outras forças exteriores que busquem direcionar o empenho de emancipação para qualquer espécie de pequenos ganhos e melhoramentos para os trabalhadores, sem contribuir para a transformação social. O desejo de emancipação por parte dos trabalhadores, porém, nem sempre coincide com suas capacidades de compreensão e ação sobre a realidade. Assim, Mounier (1936) fala do papel central da educação revolucionária para a elevação da consciência dos trabalhadores ao nível de suas aspirações.

Uma vez que a empresa é coordenada pelos trabalhadores e cada um, de acordo com suas capacidades, participa das decisões da produção, é preciso estabelecer como se dará a organização dos trabalhadores em uma economia personalista. Mounier (1936) fala de duas zonas da coletividade trabalhadora: poder de gestão e poder de base. Coletivamente será disposto o poder de gestão, que lidará diretamente com as decisões da produção. Aqueles que não se sentirem aptos ou que, pela própria organização coletiva, não sejam necessários a assumir diretamente a gestão da produção, formarão o poder de base. Esta base será um sindicalismo renovado, contra a formação de uma nova casta econômica, contra a cristalização do sistema econômico. Da mesma forma, cada trabalhador que compõe esta base é o responsável por manter sua dignidade e sua própria emancipação da condição proletária.

Mounier (1936) pontua que seria loucura pensar que esta organização futura não passará por problemas ou crises ou mesmo tensões internas. A tensão no interior da comunidade entre as duas zonas (gestão e base) certamente existirá, mas será fecunda, por gerar um verdadeiro sindicalismo, servindo de “representante livre e independente dos trabalhadores associados.”<sup>37</sup> (MOUNIER, 1936, p. 178, tradução nossa).

De acordo com Mounier (1936), a democracia orgânica estabelecida, assim, deverá sempre estar atenta a outros mecanismos que ainda a ameacem. Estes deverão ser combatidos a todo custo. É preciso estar sempre atento ao possível retorno da acumulação capitalista, estabelecendo os meios necessários ao seu combate.

---

<sup>37</sup> “représentant libre et indépendant des travailleurs associés.” (MOUNIER, 1936, p.178).

### 3.2.3 *Primado do serviço social sobre o lucro*

Os dois últimos princípios apresentados por Mounier (1936) a respeito da situação da pessoa em uma economia personalista estão relacionados ao delineamento seu caráter personalista e comunitário. A comunidade, para Mounier (1936), deve ser a extensão da pessoa. Dessa forma, o funcionamento da economia deve estar voltado ao serviço às pessoas e não ao lucro individual.

Segundo Mounier (1936), a simples troca da noção de lucro pela noção de serviço, como princípio animador da economia, tomado de forma absoluta, seria um grande erro e acima de tudo um posicionamento completamente idealista. Tendo em mente que a economia não é composta de puros espíritos, mas de meios eficazes que a façam se movimentar, não é possível fazer a economia como um todo funcionar somente com base na noção de serviço.

O ganho pessoal e coletivo na produção, quando percebido por essa coletividade, é sinal evidente de que seus esforços estão dando frutos e serve de princípio animador da produção. Mounier (1936) cita, então, o exemplo soviético sobre o abandono da igualdade entre os salários como um fator positivo. O autor não faz a defesa da economia soviética, mas compreende que é necessário que o campo de possibilidades de ganho pessoal e coletivo seja aberto e relacionado à participação na produção. Mas esta perspectiva de continuar a animar parcialmente a economia pelo princípio do lucro é, para Mounier (1936), passageira e deverá permanecer até que se instale o que chama de “[...]‘reino da abundância’, que deve remover qualquer símbolo monetário, [...]”.<sup>38</sup> (MOUNIER, 1936, p. 179, tradução nossa).

Segundo Mounier (1936), se o lucro não desaparece, é o seu primado no aparelho econômico e nos motivos econômicos que deve ser relegado a um segundo plano, em vantagem de outros interesses humanos. É o senso de serviço social que deve estar no centro da produção de uma economia personalista.

---

<sup>38</sup> “[...] ‘règne de l’abondance’ qui doit supprimer tout signe monétaire, [...]” (MOUNIER, 1936, p. 179).

### 3.2.4 Primado dos organismos sobre os mecanismos

Mounier (1936) trata a centralização sob um duplo caráter. Por um lado, amparada no aperfeiçoamento da técnica, foi capaz de ampliar a produção, tornando possível uma generalização de um bom padrão de vida. Por outro, o capitalismo levou a centralização da produção ao gigantismo industrial, uma centralização desorganizada que leva direto à opressão estatista. A economia personalista deve se organizar de maneira oposta, buscando a descentralização.

Em uma economia personalista, embora alguns serviços devam ser públicos, o movimento de fundo é a descentralização e não um movimento centralizador como na economia capitalista ou na mista de transição ao socialismo, em que alguns serviços ainda restam descentralizados, mas o movimento geral é centralizador. “É por isso que *o movimento próprio de uma economia personalista é um movimento descentralizador.*”<sup>39</sup> (MOUNIER, 1936, p. 179 e 180, tradução nossa, grifo do autor). Segundo Mounier (1936), a economia personalista deve ser descentralizada até a pessoa, e esta deve ser seu princípio e seu modelo. “A descentralização personalista é, mais que um mecanismo, um espírito que nasce das pessoas, base da economia. Ela tende *não a impor, mas a liberar em toda parte pessoas coletivas* possuidoras de iniciativa, autonomia relativa e responsabilidade.”<sup>40</sup> (MOUNIER, 1936, p. 180, tradução nossa, grifo do autor). A economia personalista deve ser animada por sua base que é a pessoa, pois é lá que está a fonte da realidade espiritual para todo o resto da economia.

Para Mounier (1936), a unidade econômica primária deve ser a chamada “célula econômica” ou empresa. Diferentemente da economia capitalista, em que o indivíduo figura como centro, e da economia coletivista que tem o Estado como principal ator, a economia personalista deve ter na célula econômica a unidade básica de organização. “A economia não é um grande corpo cujo órgão é a empresa. Ela é, ou deve tender a ser, uma federação de empresas.”<sup>41</sup> (MOUNIER, 1936, p. 180, tradução nossa).

<sup>39</sup> “C’est pourquoi *le mouvement propre d’une économie personnaliste est un mouvement décentralisateur.*” (MOUNIER, 1936, p. 179 e 180, grifo do autor).

<sup>40</sup> “La décentralisation personnaliste est, plus qu’un mécanisme, un esprit qui monte des personnes, base de l’économie. Elle tend *non pas à imposer, mais à dégager partout des personnes collectives* possédant initiative, autonomie relative et responsabilité.” (MOUNIER, 1936, p. 180, grifo do autor).

<sup>41</sup> “L’économie n’est pas un grand corps dont l’organe est l’entreprise. Elle est, ou doit tendre à être une fédération d’entreprises.” (MOUNIER, 1936, p. 180).

A economia personalista, no entanto, deve apresentar planificação de alguns setores tidos como essenciais. Este plano deve ser fruto de um amplo processo de discussão e de votação nos locais onde vai ser aplicado. Nunca deve ser um plano que seja pensado por uma cúpula central e apenas posto em prática em um determinado local. Este princípio dá à economia personalista uma ligação direta com a realidade viva. Este diálogo e construção constantes com as necessidades locais são capazes de trazer sempre ânimo novo para toda a economia.

Mounier (1936), por fim, alerta que a economia personalista não deve funcionar como uma espécie de caráter artesanal em grande escala e nem mesmo se enquadrar em uma visão grosseiramente organicista. A centralização, para Mounier (1936), será válida na medida em que liberar, não oprimir, e servir ao invés de pesar. Novamente, o autor demonstra o valor que dá ao termo primado, não fazendo dos princípios de uma economia personalista algo absoluto e aprioristicamente determinado.

#### 4 POR UMA ECONOMIA PLURALISTA

Nesta seção final, será apresentada de maneira mais concreta a proposta de Mounier (1936) para uma sociedade futura, em seu posicionamento em favor de uma economia pluralista. O autor entende que essa economia será uma “[...] síntese entre o liberalismo e o coletivismo.”<sup>42</sup> (MOUNIER, 1936, p. 181, tradução nossa). Esta posição não busca o conforto de um meio termo, a fim de agradar a todos os matizes de pensamento. Para Mounier, esta síntese provém de um movimento dialético entre liberalismo e coletivismo, constituindo-se em um momento novo para a história da humanidade. Segundo Mounier (1936), a economia personalista seria a solução para o conflito entre liberalismo e coletivismo.

Primeiramente, após a apresentação nas seções anteriores de uma importante parte do pensamento filosófico e econômico de Mounier, faz-se necessário expor aqui de maneira mais clara a relação entre este autor e Marx, já que o elemento principal do projeto de uma economia personalista (a síntese entre liberalismo e coletivismo) parece relacionar-se em dois aspectos com o pensamento marxista: a percepção dialética da história e o próprio coletivismo, como teoria social e experiência prática empreendida no século XX.

Estas duas proximidades entre a economia personalista e o pensamento e práxis marxistas demonstram uma profunda compreensão de Mounier sobre a obra de Marx. A leitura de Mounier mostra-se ousada, quando, compreendendo o método marxiano da dialética materialista da história, pretende o ultrapassar abrangendo não somente a dimensão espiritual, mas também atualizando seu movimento, englobando a presença do coletivismo na história do século XX. Dessa forma, a proposta de Mounier (1936) não poderia ter sido feita por Marx, pois parte da existência prática do socialismo no século XX.

Do outro lado desta síntese, apresentando-se como a tese histórica do século XX, o liberalismo teórico encontra forma no capitalismo, embora o ultrapasse. Mounier (1936) busca na tese liberal a salvaguarda para a pessoa frente ao estatismo socialista, mesmo compreendendo como já exposto neste trabalho, o abismo existente entre o indivíduo burguês e a pessoa humana. Mounier (1936) identifica na ideologia liberal a defesa, mesmo que meramente ideológica, da liberdade de iniciativa, elemento que considera central para uma

---

<sup>42</sup> “[...] Synthèse du libéralisme et du collectivisme.” (MOUNIER, 1936, p.181).

economia personalista. O autor apresenta uma crítica contundente ao modo de vida burguês e não deixa dúvidas sobre sua posição anticapitalista. Por outro lado, justamente por sua visão de futuro, considera que os elementos autênticos do presente (início do século XX) devam ser aproveitados. A economia personalista, segundo Mounier (1936), deve ser uma proposta feita à economia moderna, sem buscar reaver elementos historicamente ultrapassados.

Assim, Mounier (1936), busca construir sua economia pluralista, pondo sua perspectiva no futuro, observando a realidade que o cerca na primeira metade do século XX. Neste período, os fascismos já se organizam na Europa; 1936, por exemplo, ano da primeira edição da obra aqui analisada, é também o ano da assinatura da aliança entre Hitler e Mussolini. Mounier, certamente, não faz uma associação direta entre liberdade e o pensamento de direita (liberal), como se pode perceber de acordo com Mounier (2004, p.121):

O anônimo poder do dinheiro, o seu privilégio na distribuição das riquezas e das vantagens deste mundo, endurecem as classes e alienam o homem real. Este tem que reencontrar a sua autodisposição, os seus valores subvertidos pela tirania da produção e do lucro, a sua condição deslocada pelo delírio da especulação. Caso contrário, o imperialismo econômico, sempre que se sentir ameaçado, não recusará voltar-se contra a liberdade, que defendeu sempre que lhe foi útil, confiando a sua suprema defesa a regimes de terror ou a guerras inexpiáveis.

O autor compreende a realidade que o envolve, mas é capaz de abstrair aspectos teóricos positivos daquilo que observa de fato. Isto ocorre em relação ao capitalismo e o pensamento liberal assim como em relação ao socialismo real e o pensamento marxiano. Assim, Mounier (1936) afasta-se destes modelos sociais de sua época e lança-se para o futuro em sua concepção de economia pluralista. “*O personalismo defende a coletivização e salvaguarda a liberdade* apoiando uma economia autônoma e flexível em vez de se inclinar ao estatismo.”<sup>43</sup> (MOUNIER, 1936, p. 182, tradução nossa, grifo do autor).

Mounier (1936) pretende, portanto, a construção de uma economia que possua estruturas coletivas de produção, respeitando a realidade total da pessoa humana, sua liberdade, criatividade e dignidade. Assim, distancia-se do estatismo que esmaga a pessoa e, fugindo das estruturas anônimas do dinheiro, termina por exaltar uma coletividade abstrata, também nociva à pessoa humana.

---

<sup>43</sup> “*Le personalisme garde la collectivisation et sauve la liberté* en l’appuyant à une économie autonome et souple au lieu de l’adosser à l’étatisme.” (MOUNIER, 1936, p. 182, grifo do autor).

Imerso nessa correlação de forças teóricas, Mounier (2004) assume sua posição socialista em contraposição a qualquer outra solução que implique na permanência, mesmo que disfarçada, do capitalismo. Deixa claro, dessa forma, que não compactua com o socialismo real. Em Mounier (2004, p. 121 e 122), apresenta o caráter pós-capitalista da economia personalista e seu entendimento do que seja socialismo, posicionando-se a seu favor:

Não podemos substituir o capitalismo por um regime construído com todas as peças. A economia tem mais continuidade. É em pleno corpo capitalista que aparecem os primeiros indícios de um mundo socialista, que tem que se desenvolver se entendemos por socialismo o seguinte: abolição da condição proletária; substituição de uma economia anárquica, fundada no lucro, por uma economia organizada em ordem às perspectivas totais da pessoa; socialização sem estatização, dos setores de produção que alimentam a alienação econômica; desenvolvimento da vida sindical; reabilitação do trabalho; promoção, contra o compromisso paternalista, da pessoa do operário; primado do trabalho sobre o capital; abolição das classes formadas na divisão do trabalho ou de fortuna; primado da responsabilidade pessoal sobre as estruturas anônimas.

A despeito das experiências socialistas caminharem todas em direções bem distintas das aqui apontadas por Mounier (2004), é importante destacar a coragem do autor em se posicionar dessa forma, pois não se diz marxista, e mesmo assim demonstra uma visão muito mais aprofundada do que muitos que assim se intitulam no que diz respeito à construção de uma sociedade futura. Sua preocupação central com a pessoa humana o permite distanciar-se de realidades que ainda a oprimam, dando-lhe a liberdade de defender um socialismo completamente diferente ao socialismo real.

Sua economia pluralista seria, em oposição ao capitalismo e ao coletivismo, uma economia que não possui uma inspiração centralizadora. Assim, Mounier (1936) trabalha com a existência de dois setores na economia: um planejado e outro livre. Segundo Mounier (1936), ao admitir uma pluralidade de setores econômicos, com orientações distintas, a economia personalista é também pluralista. “Este pluralismo não deve ser concebido como ecletismo. [...] seu pluralismo repousa sobre uma distinção de funções, não sobre uma concessão.”<sup>44</sup> (MOUNIER, 1936, p. 182, tradução nossa).

Nesse sentido, Mounier (1936) constitui os dois setores da economia personalista, o planejado e o livre, no sentido de abranger as realidades totais da pessoa, fazendo menção aos

---

<sup>44</sup> “Ce pluralisme ne doit pas être conçu comme un éclectisme. [...] son pluralisme repose sur une distinction de fonction, non sur une concession.” (MOUNIER, 1936, p. 182).

princípios de uma economia a serviço da pessoa humana, já expostos anteriormente. Esta divisão se baseia, dessa forma, na concepção de pessoa como consumidora e como produtora. A dimensão do consumo é levada em consideração quando Mounier (1936) estabelece que o setor planejado deve ser voltado à garantia das necessidades básicas, assegurando a dignidade à pessoa. A dimensão da produção é destacada no setor livre, em que a capacidade criativa da pessoa deve estar liberta de qualquer opressão do mercado, garantindo a liberdade de organização coletiva do trabalho.

O setor planejado seria responsável pela produção de bens indispensáveis à vida, buscando atender às necessidades humanas mais básicas, entendidas como um direito absoluto da pessoa. Para Mounier (1936), este setor precisa estar isento de oscilações na produção, sendo uma garantia da sociedade às pessoas, por isso deve ser planejado. Outra razão para o planejamento deste setor está na compreensão de Mounier (1936) acerca do fundamento da propriedade privada. Mounier (1936) acredita que a propriedade privada se sustenta em uma divisão do trabalho que cria a condição proletária de insegurança vital. Assim, um setor planejado direcionado para a produção de bens de primeira necessidade estaria diretamente relacionado à destruição das relações de produção capitalistas.

Segundo Mounier (1936), há uma divergência clara entre os personalistas acerca da participação do Estado neste setor. O autor argumenta que existem duas posições claras, mas define objetivamente sua posição. Os pensadores da revista *Ordre Nouveau*, com quem Mounier parece concordar, “[...] suspeitando até o fim do Estado, distinguem planificação de nacionalização, e confiam a execução do plano a empresas corporativas livres, sob a direção de um Conselho econômico central independente do Estado.”<sup>45</sup> (MOUNIER, 1936, p. 182 e 183, tradução nossa). Outros pensadores, como, à época deputado socialista, André Philip, tinham ainda a visão de que o Estado deva estar no controle deste setor. Se não tiver uma participação direta na produção, o Estado deveria ter pelo menos influência em indústrias-chave.

O setor livre foi concebido por Mounier (1936) de maneira independente ao setor planejado, sendo destinado à produção de bens outros que não aqueles necessários ao mínimo vital. Mounier (1936) projeta que este setor seja responsável por dar vazão à livre criação e à livre emulação. O termo emulação parece provir da literatura marxista, como uma alternativa

---

<sup>45</sup> “[...] se méfiant jusqu’au bout de l’État, distinguent planification de nationalisation, et confient l’exécution du plan à des entreprises corporatives libres, sous la direction d’un Conseil économique central indépendant de l’État.” (MOUNIER, 1936, p. 182 e 183).

à concorrência de mercado. Nela os produtores livres independentes receberiam estímulos a ampliar a produção, levando ao aumento da produtividade do trabalho fora do circuito mercantil. “Este setor não é também deixado à anarquia, mas organizado segundo uma fórmula de cooperação ou de corporativismo pós-capitalista. Sua liberdade organizada é o principal elemento de resistência da coletividade do trabalho contra a opressão política.”<sup>46</sup> (MOUNIER, 1936, p. 183, tradução nossa).

A seguir, Mounier (1936) fará a discussão de outros aspectos que competem à economia personalista e o processo de ruptura com o sistema capitalista. Inicialmente será feita uma discussão acerca do papel revolucionário do proletariado e onde as demais classes de trabalhadores se encaixariam. O caráter e forma do processo revolucionário serão discutidos a seguir. Por fim, Mounier (1936) faz um alerta sobre as soluções que se apresentam para o capitalismo na primeira metade do século XX. Para o autor, mais importante do que romper completamente com o capitalismo é pensar uma nova forma de organização social que não cometa seus mesmos erros ou erros novos. Para tanto, a pessoa humana deve estar no centro e ser a medida de toda a sociedade futura.

#### **4.1 Por uma sociedade pluralista**

Mounier (1936) compreende muito bem que a crítica ao capitalismo e a proposta personalista tem de estar em consonância com o tempo histórico vivido, não buscando dar soluções ultrapassadas aos problemas daquele tempo específico. Dessa forma, a análise sobre a construção de uma economia pluralista parte da observação da base econômica capitalista do início do século XX, a grande indústria.

Mounier (1936) percebe que a discussão acerca do problema econômico e social de seu tempo gira em torno da indústria, o que põe em evidência o papel histórico do proletariado no processo de transformação social. Este papel histórico é discutido por Mounier (1936), que indica, para além do proletariado, a importância de outras classes de trabalhadores, como o campesinato, os profissionais liberais e os funcionários públicos. Assim, compreende que uma economia pluralista exige uma sociedade pluralista, em que as

---

<sup>46</sup> “Ce secteur n’est pas d’ailleurs laissé à l’anarchie mais organisé selon une formule de coopération ou de corporatisme post-capitaliste. Sa liberté organisée est le principal élément de résistance de la collectivité de travail contre l’oppression politique.” (MOUNIER, 1936, p. 183).

diversas formas de trabalho tenham sua justa posição no corpo social.

A construção social personalista, dessa forma, compreende o papel a ser desempenhado pelo proletariado industrial, mas destaca que a sociedade personalista deve ser composta por uma pluralidade de atividades produtivas. Dessa forma, não cabe à indústria o posto central na sociedade, que deve organizar as atividades produtivas de acordo com as necessidades humanas, segundo os setores, planejado e livre, anteriormente já apresentados. Assim, “[...] *o pluralismo personalista é hostil ao primado do industrialismo*, que implica na opressão por uma classe, por um modo de vida, de todas as outras classes e de todos os outros modos de vida.”<sup>47</sup> (MOUNIER, 1936, p. 183, tradução nossa, grifo do autor).

A crítica de Mounier (1936) ao industrialismo mostra-se, portanto, ligada não somente à importância central da indústria como atividade produtiva, mas como elemento principal formador de um modo de vida. O autor, dessa forma, reconhece a necessidade de se respeitar outros modos de vida, como o rural, sendo capaz de desvincular-se das ideologias progressistas tão influentes entre pensadores europeus do início do século XX. Para Mounier (1936), a sociedade pluralista, fruto da concepção personalista, deve conviver com todos os modos de vida, não havendo, mesmo que de fundo, a ideia de que a indústria representa o progresso e que as demais atividades devam convergir para ela, como o caminho natural do desenvolvimento.

Compreendendo a realidade particular do capitalismo, Mounier (1936) percebe que, por ter o capitalismo seu centro na grande indústria, é o proletariado que sofre mais do que as outras classes trabalhadoras os males dessa subversão econômica. Dessa forma, o autor observa que é o proletariado, dentre todas as classes trabalhadoras, que estaria mais preparado para uma transformação social, pois teria maior consciência daquilo que se passa no centro do capitalismo.

O proletariado industrial, impulsionado pela sua destituição, mais do que as outras classes trabalhadoras tem de tomar consciência da desordem econômica e social, e ele é mais maduro do que as outras às transformações necessárias: neste sentido, pode-se falar de sua missão histórica sem submeter a história ao particularismo de uma classe.<sup>48</sup> (MOUNIER, 1936, p.183, tradução nossa).

---

<sup>47</sup> “[...] *le pluralisme personnaliste est hostile au primat de l’industrialisme* qui implique l’oppression par une classe, par un mode de vie, de toutes les autres classes et de tous les autres modes de vie.” (MOUNIER, 1936, p. 183, grifo do autor).

<sup>48</sup> “Le prolétariat industriel, poussé par son dénûment, a plus d’autres classes travaillé à prendre conscience du désordre économique et social, et il est plus mûr que d’autres aux transformations nécessaires : en ce sens on

É importante destacar a clareza da visão de Mounier (1936) acerca da necessidade de uma transformação social profunda e sua habilidade em estabelecer uma ponte entre a realidade capitalista que observa e sua proposta de uma sociedade futura personalista. Assim, compreende que, dada a realidade histórica específica do capitalismo, é o proletariado industrial que parece estar mais preparado, por ser o principal prejudicado, para avançar na direção de uma organização social diferente.

Com a mesma lucidez com que faz essa observação, Mounier (1936) alerta para os perigos de submeter a história, compreendida como maior do que a realidade capitalista, à particularidade destes tempos. Esta deve ser a essência da sociedade pluralista. Nenhuma classe social, nem tendo como objetivo a transformação social, deve se sobrepor à outra. O papel histórico do proletariado dentro dos marcos capitalistas está claro para Mounier (1936), ser o motor revolucionário. Sua missão na sociedade pluralista, porém, parece ser de, juntamente com as outras classes trabalhadoras, construir uma economia a serviço da pessoa.

Cabe ao proletariado, portanto, por força da história e não por uma característica intrínseca à classe, fazer despertar nas demais classes as consciências para a transformação social. Mounier (1936) pontua, contudo, que cabe a cada classe e somente a elas pôr em questão seus problemas sociais. A emancipação deve ser obra dos trabalhadores, não pode ser um movimento imposto de fora para dentro<sup>49</sup>.

Daqui resulta que o socialismo será, de acordo com a sua primitiva fórmula, obra dos próprios trabalhadores, dos movimentos operários e rurais organizados, a que [se] unirão as frações lúcidas da burguesia. Pertence ao futuro sabermos se essa obra será realizada aos bocados ou em bloco, rápida ou lentamente, diretamente ou por intermédios caminhos. Mas sabemos que a sua face será a desses movimentos; donde a importância de velar, não somente pelas suas conquistas mas pela sua integridade. (MOUNIER, 2004, p. 123 e 124).

Mounier (2004) vem reafirmar nesta passagem sua posição socialista, mostrando-se fiel ao princípio de que cabe aos trabalhadores romper não só com os grilhões que lhes aprisionam, mas iniciar o processo de ruptura com todas as amarras que prendem a humanidade a este sistema perverso. Dessa forma, com o intuito de formar uma sociedade

---

peut parler de sa mission historique sans sumettre l’histoire au particularisme d’une classe.” (MOUNIER, 1936, p. 183).

<sup>49</sup> O tema da transição para a sociedade personalista será mais bem discutido em Mounier (1935). O assunto será tratado de maneira particular na próxima seção secundária.

pluralista, Mounier (1936) inicia a discussão das possíveis formas de organização dos trabalhadores de outras classes na economia futura.

Mounier (1936) demonstra uma atenção especial à figura do camponês nesta discussão. Para o autor, esta classe também sofre fortemente com as disparidades de poder econômico do sistema capitalista. “O *camponês* sofre cada vez mais com a espoliação capitalista: corretores, estabelecimentos de crédito, grandes trustes tem tomado suas economias, e, então, têm limitado seu consumo, hoje ele se endivida.”<sup>50</sup> (MOUNIER, 1936, p. 184, tradução nossa, grifo do autor).

Mounier (1936) vai apresentar brevemente a situação do campo na França no início do século XX. Para o autor, a intervenção estatal no meio rural, com a finalidade de proteger a produção agrícola nacional é apenas um alívio temporário frente à tendência de mecanização do campo e concentração da propriedade. As políticas públicas voltadas ao produtor individual terminam por formar minifúndios improdutivos, o que associado à pressão capitalista neste setor, poderia levar a severas revoltas no campo.

Segundo Mounier (1936), o campesinato não deve ser substituído por uma industrialização do campo e deve ter seu justo lugar em uma sociedade pluralista. O campesinato deve estar ligado ao setor planejado na economia personalista. A exploração da terra deverá ser feita de maneira rigorosamente limitada, evitando o desperdício de terras, sendo organizada de maneira coletiva. As pressões de agentes externos ao setor devem ser encerradas com a substituição dos intermediários comerciais capitalistas por associações cooperativas camponesas de base comunal. Estas organizações, segundo Mounier (1936) devem respeitar a ligação pessoal do homem com a terra.

Em seguida, Mounier (1936) trata do caso dos profissionais liberais. Para o autor, é necessário defender seus reais valores para a sociedade futura ao mesmo tempo em que devem ser combatidos seus privilégios de classe, entendendo que estes trabalhadores fazem parte da burguesia. Assim, deve ser suprimida também toda forma de venalidade, ou seja, qualquer tendência a tratar o serviço prestado como uma mera mercadoria, sendo susceptível a corrupções de toda ordem, privilegiando o ganho pessoal em detrimento do serviço social. O caráter liberal, no sentido de ser livre, deve ser assegurado e reconhecido a todos os

---

<sup>50</sup> “Le *paysan* souffre de plus en plus de la spoliation capitaliste : courtiers, établissements de crédit, grands trusts ont emporté ses économies, puis il a restreint sa consommation, aujourd’hui il s’endette.” (MOUNIER, 1936, p. 184).

trabalhadores em uma economia personalista, o que representaria para os profissionais liberais a supressão das formas arcaicas de prestígio e monopólio que ainda mantém a classe vinculada à burguesia.

Mounier (1936) pontua que o papel de profissionais liberais como médicos e advogados em uma economia personalista seria o de em parte compor o setor planejado, ofertando serviços médicos e jurídicos básicos, de forma a assegurar uma atenção básica a todos. Essa associação ao setor planejado não deve negar de forma nenhuma a liberdade de escolha dos clientes e muito menos a atividade livre daqueles que praticam estas profissões. A faculdade criativa destes trabalhos deve ser salvaguardada, impedindo-os de caírem nos automatismos impostos pela prática capitalista, guiada pelo ganho pessoal.

A discussão final de Mounier (1936) sobre a classe trabalhadora recai sobre o delicado tema do funcionalismo público. O autor não debate aqui sua posição acerca do Estado, afirmando que não é possível a promoção de um processo de desestatização conservando a mesma estrutura de comando do Estado. Dessa forma, propõe-se a discutir a realidade dos homens e suas atividades quanto ao cuidado com aquilo que é público, desviando-se, por ora, da questão sobre o Estado. Nessa perspectiva, Mounier (1936) identifica a necessidade de reinstaurar o risco e a responsabilidade aos funcionários públicos.

A responsabilidade do funcionário público frente a seus pares ou com o controle de seus pares eliminará o medo de desagradar ou o desejo de agradar a seus chefes que são uma das causas essenciais de paralisia e covardia nos subordinados e assegura a opressão do poder central. O desenvolvimento do governo local descongestionará, enfim, a administração irresponsável.<sup>51</sup> (MOUNIER, 1936, p.185, tradução nossa).

Assim, Mounier (1936) transparece um sentimento de desgosto com o funcionalismo público que se assemelha até a posição liberal em favor do mercado, afirmando a ineficiência estatal. Sua crítica central, todavia, identifica nele também aspectos que aproximam sua atividade ao setor privado capitalista, sendo movido pela busca egoísta do bem individual. Dessa maneira, faz oposição principalmente à opressão de um poder central e irresponsável, não ligado às realidades concretas do local. Da mesma forma, lança a discussão sobre a organização política futura, abrindo caminho para o debate acerca da transição entre o capitalismo e a economia personalista.

---

<sup>51</sup> “La responsabilité du fonctionnaire devant ses pairs ou avec contrôle de ses pairs éliminera la crainte de déplaire ou le désir de plaire à ses chefs qui sont une des causes essentielles de paralysie et de lâcheté chez les subordonnés et assurent l’oppression du pouvoir central. Le développement du gouvernement local décongestionnera enfin l’administration irresponsable.” (MOUNIER, 1936, p . 185).

## 4.2 A transição para uma economia personalista

O personalismo mounieriano dedica especial atenção ao debate acerca da transição entre o capitalismo e a economia personalista. Mounier (1936), no entanto, traz uma discussão demasiado curta sobre o assunto. Tomando posse do conjunto da obra de Mounier de maneira mais ampla, esta seção secundária procurará expor também a compreensão de Mounier (1935) sobre a revolução personalista e comunitária e a discussão sobre o Estado contida em Mounier (2004).

*Revolução Personalista e Comunitária*, Mounier (1935), é a principal obra do autor a tratar do tema da transição. Constituindo um conjunto de textos escritos em tempos diferentes para a revista *Esprit*, não é possível, no entanto, fazer uma sistematização clara do pensamento do autor sobre o assunto. Mounier (2004), que possui sua primeira edição datando do ano de 1949, consegue de maneira mais ordenada delinear os traços de como se daria a transição, sem, contudo, como é comum ao personalismo, pretender apresentar um roteiro já pronto a ser seguido. Para ser fiel à proposta deste trabalho em refazer os passos do autor em Mounier (1936) no que diz respeito ao seu pensamento econômico, será apresentada sua curta discussão acerca da transição nessa obra, partindo-se depois para as demais análises, a fim de mais bem embasar aquela apresentação.

Mounier (1936) inicia sua discussão estabelecendo os limites para a ação personalista, negando o reformismo e a revolta anárquica. “Para passar da economia velha à economia nova, duas vias são fechadas a uma ação personalista radical: o reformismo, que não atinge a fonte da desordem e a revolta anárquica, que a prolonga.”<sup>52</sup> (MOUNIER, 1936, p. 185, tradução nossa). É importante destacar a força do posicionamento de Mounier (1936) que, ao se desviar destes dois polos de ação, não propõe um meio termo, mas sim uma ação personalista radical. Ao descartar essas duas possibilidades, Mounier (1936) abre também dois caminhos para a transição personalista, que estão notadamente sobre a influência de duas correntes de pensamento que o influenciaram, o anarquismo e o marxismo.

A longa discussão de Mounier acerca do anarquismo e do marxismo foi objeto de uma edição póstuma, Mounier (1966), em que o autor põe em evidência as proximidades e os

---

<sup>52</sup> “Pour passer de l'économie ancienne à l'économie nouvelle deux voies sont fermées à une action personaliste radicale : le réformisme, qui n'atteint pas la source du désordre, et la révolte anarchique, qui le prolonge.” (MOUNIER, 1936, p. 185).

antagonismos entre estas correntes e o personalismo. Por certo, mesmo destacando severas discordâncias, a construção social personalista recebeu influências decisivas tanto do anarquismo como do marxismo. Quanto à transição, Mounier (1936) irá destacar duas vias de ação que são frutos de sua compreensão acerca dessas teorias.

A primeira aproxima-se ao anarquismo, ao propor que as instituições personalistas já devam ter início. Mounier (1936) faz referência à organização do trabalho e dos trabalhadores sob a forma federalista. Assim, acredita que estas instituições sejam capazes de pouco a pouco minarem as forças da ordem capitalista. Seria a estrutura embrionária de uma economia a serviço da pessoa humana a responsável por desencadear a transição personalista. No entanto, segundo Mounier (1936, p. 186, tradução nossa), “[...] a ordem capitalista resistirá sem dúvida até o último suspiro.”<sup>53</sup>.

Visto que a primeira forma de ação demonstra suas fragilidades no jogo de forças contra o capitalismo, Mounier (1936) apresenta sua outra via, buscando amparo no Estado, para que, paralelamente à ação federalista de organização econômica, combata a ordem capitalista. Faz o resgate, dessa forma, do Estado como a instituição capaz de impor-se frente à economia capitalista, podendo agir em favor do bem comum. Assumindo isto, Mounier (1936) parece refazer o caminho marxista da estatização, mas de fato faz outra proposta.

Pertence, portanto, ao Estado, guardião do bem comum, não mais substituir a economia falida, pois não é uma pessoa coletiva e não tem, por conseguinte, nenhum domínio sobre os bens anteriormente à sua usurpação pelo capitalismo, mas intervir com seu direito de jurisdição, pelo bem comum de quem é o tutor, em nome das pessoas prejudicadas e em nome de sua autoridade mesmo, iniciada por interesses econômicos.<sup>54</sup> (MOUNIER, 1936, p. 186, tradução nossa).

Mounier (1936) têm uma visão sobre o Estado que pode parecer ingênua, ao evocá-lo como guardião do bem comum. Sua menção, no entanto, não faz referência ao Estado burguês, mas ao que chama de Estado pluralista, fruto da nova sociedade personalista. Os aspectos políticos próprios desta concepção de Estado são objeto da análise do autor também em Mounier (1936), mas aparecem mais maduros em Mounier (2004). O que Mounier (1936)

<sup>53</sup> “[...] l’ordre capitaliste résistera sans doute jusqu’au dernier souffle.” (MOUNIER, 1936, p.186).

<sup>54</sup> “Il appartient alors à l’État, gardien du bien commun, non pas de se substituer à l’économie défailante, puisqu’il n’est pas une personne collective, et n’a par suite aucun domaine sur les biens antérieurement à leur usurpation par le capitalisme, mais d’intervenir avec son droit de juridiction, pour le bien commun dont il est le tuteur, au nom des personnes lésées, et au nom de son autorité même, entamée par les intérêts économiques.” (MOUNIER, 1936, p.186).

destaca sobre o papel do Estado na transição é que este não deve assumir as funções da economia de mercado, como ocorreu nas experiências estatizantes do socialismo real. Se o Estado tem de intervir no processo de transição é como salvaguarda do bem comum, no campo jurídico, respeitando a pessoa humana.

A obra de Mounier fornece mais pistas sobre o que o autor entende acerca da transição a uma sociedade personalista. Mounier (1935) trata de uma revolução personalista e comunitária. Recorre à dimensão pessoal para destacar a necessidade de uma adesão pessoal ao novo plano social. Para Mounier (1935) é impossível um movimento coletivo revolucionário sem que cada homem reconheça em si sua dignidade como pessoa humana. Esse é um movimento de conversão íntima, um processo de tomada de consciência de sua existência como pessoa. Este movimento passa pela descoberta de sua vocação e, a partir daí, emerge para a esfera coletiva.

A organização de uma economia a serviço da pessoa humana, por meio das comunidades orgânicas, forma o que Mounier (1935) chama de democracia econômica. A comunidade é, para Mounier (1935), a expressão autêntica da pessoa humana, sua extensão. Dessa forma, parece redundante falar em revolução personalista e comunitária. A justificativa para essa distinção reside na necessidade incessante na filosofia de Mounier em destacar a pessoa humana não apenas como centro da vida social, mas resgatar a necessidade de o movimento de personalização partir de cada ser humano.

Frente à realidade hostil e perversa do capitalismo, a solução para Mounier (1935) reside na revolução. O movimento revolucionário, porém, não conta somente com uma expressão física, material de violência – em sentido de uma ruptura radical com a realidade –, mas também deve ser acompanhado por uma violência espiritual, capaz de romper com as amarras ideológicas capitalistas, que sobretudo diminuem a pessoa humana ao status de indivíduo. Dessa forma, a revolução personalista diferencia-se daquelas suas concepções burguesas e mesmo marxistas, ligadas somente à materialidade.

Mounier (2004) já destaca a necessidade de se compreender melhor o termo revolução. Imerso no clima belicoso da II Guerra Mundial, Mounier (2004) enxerga um mundo em transição, em que tanto os fascismos de direita como o “comunismo” stalinista apresentam-se como ameaças à pessoa. A revolução se torna um lugar comum para o pensamento europeu. A força do termo dilui-se em uma imensidão de compreensões difusas sobre o que seja a revolução e termina por se transformar em uma quimera, sendo, por vezes,

empecilho para a ação concreta.

A cristalização maciça de desordens no mundo contemporâneo [metade do século XX] levou alguns personalistas a declararem-se revolucionários. Esta palavra deve ser despojada de toda facilidade, mas não de toda dureza. O sentido das continuidades impede-nos de aceitar o mito da revolução tábua-rasa: uma revolução é sempre uma crise mórbida, e não fornece soluções automáticas. Revolucionário quer dizer simplesmente, mas rigorosamente, que a desordem deste século é demasiado profunda e demasiado obstinada para ser eliminada sem uma mudança de velocidade, uma reorganização de estruturas, uma profunda revisão de valores, uma renovação das elites. Admitindo-se isto, não podemos utilizar pior a palavra do que tornando-a em um conformismo, em um slogan, ou em um substituto do pensamento. (MOUNIER, 2004, p. 120, grifo nosso).

Mounier (2004) demonstra uma compreensão profunda sobre a realidade dos movimentos ditos revolucionários de seu tempo. A revolução para o autor deve fugir aos automatismos e a receitas prontas dadas por organizações políticas. Era uma necessidade que se impunha de maneira concreta ao século XX e, por isso, pedia por uma ação concreta e imediata. Muitos dos partidos ditos socialistas europeus, que emergiram de movimentos operários antes e durante a II Guerra Mundial, perderam-se ou em um reformismo mantenedor das estruturas fundamentais do sistema ou trataram da revolução de maneira tão superficial que a empurravam para um horizonte irrealizável. Também observando estes movimentos e a confusão acerca principalmente de um entendimento do papel revolucionário do Estado, Mounier (2004) retoma a discussão lançada por Mounier (1936).

Do ponto de vista personalista, em Mounier (2004) de forma mais madura, a transição pode prescindir do Estado, mas a organização política futura deve se estabelecer em torno de um Estado pluralista, fruto da iniciativa de uma soberania popular democrática. A democracia, porém, não deve ser reduzida ao trato quantitativo com as massas. A maioria não deve se sobrepor. O Estado pluralista, assim, é compreendido por Mounier (2004, p. 130) como o seguinte:

É a autoridade de uma sociedade de pessoas racionalmente organizadas em uma ordem jurídica, é soberania do direito: o direito mediador entre as liberdades e a organização, prosseguem numa série de evoluções a realização coletiva das liberdades e a personalização contínua dos poderes.

Mounier (2004), dessa forma, reconhece a crítica marxista à democracia formal e não defende um Estado que tente instaurar uma justiça política sustentado por um sistema

econômico naturalmente injusto. O Estado, segundo Mounier (2004), só tem legitimidade se assentado sobre uma verdadeira democracia econômica. Neste sentido, retoma a discussão de Mounier (1936) acerca do papel revolucionário do Estado.

É só nesta base orgânica que pode ser restaurada a legítima autoridade do Estado. Falar desta restauração sem dizer para quê e com quê é reivindicar apenas para a injustiça estabelecida um poder ainda maior de execução. Deverá o Estado desaparecer? Será um dia o governo destruído pela administração das coisas? Podemos duvidar, dada a estreita fusão dos homens e das coisas e a crescente impossibilidade de as deixar andar à deriva. Pode o Estado renunciar à sua unidade? A exigência personalista julgou por vezes exprimir-se pela reivindicação de um “Estado pluralista” de poderes divididos e afrontados para mutuamente se defenderem dos abusos. Mas a fórmula pode parecer contraditória; seria preciso antes falar de um Estado articulado ao serviço de uma sociedade pluralista. (MOUNIER, 2004, p. 132, grifo do autor).

Mounier (2004) esclarece, portanto, seu ponto de vista sobre o Estado. O caráter classista do Estado burguês deve ser suprimido em uma sociedade pluralista, podendo o Estado, dessa forma, estar livre para posicionar-se em favor do bem comum. Dessa maneira, pode-se argumentar que o personalismo busca uma revolução que transcenda, já em seu processo, as divisões de classe, fruto do processo histórico de exploração do homem pelo homem.

### **4.3 Sobre o “túmulo das pseudo-soluções”**

Na seção secundária final deste trabalho será exposta a posição de Mounier (1936) acerca das soluções que, para o seu tempo, apresentavam-se como superações do capitalismo. Do ponto de vista de uma economia personalista, porém, estes novos regimes são considerados como pseudo-soluções. Para Mounier (1936), já poderiam ser consideradas mortas, não porque historicamente estavam em decadência, o que é falso, mas porque suas inspirações de base distanciam-se do projeto de uma economia a serviço da pessoa humana e por isso, seus frutos não serão capazes de romper por completo com a subversão capitalista. Dessa forma, três caminhos são categoricamente negados por Mounier (1936): o reformismo, o pseudo-corporativismo e as economias autoritárias.

O reformismo apresenta-se para Mounier (1936) sob dois aspectos diferentes, mas

que essencialmente se aproximam pela falta de uma perspectiva radicalmente transformadora. O reformismo tecnicista, que procura melhorar a aparência do sistema capitalista sem alterar sua essência, é capaz de promover melhoramentos concretos à condição de vida da classe trabalhadora, mas, no fundo, não se propõe a romper com a relação capital-trabalho. O reformismo moralizante, que pretende impor um ordenamento moral individualista para a superação das desordens sociais e econômicas, termina por culpabilizar o comportamento do próprio trabalhador por sua condição proletária. Segundo Mounier (1936, p. 187, tradução nossa) “[...] assemelha-se a um médico que julgaria mais espiritual exortar uma doença a curá-la do que utilizar ‘grosseiramente’ um medicamento.”<sup>55</sup>.

Em outras palavras, o reformismo, seja em seu aspecto tecnicista ou moralista, é uma perspectiva covarde para lidar com os reais problemas econômicos e sociais. A fim de apaziguar os ânimos exaltados dos revolucionários, propõe uma via irrealizável de transformações, que, desde sua concepção, está intimamente alinhada aos interesses da manutenção do sistema capitalista e não em sua superação.

O pseudo-corporativismo é semelhante em seu aspecto geral ao reformismo, já que não ataca o problema central da relação capital-trabalho que está na estrutura de propriedade capitalista. Nesta forma de organização, os postos de autoridade continuariam sob o controle dos capitalistas, o que, de acordo com Mounier (1936, p. 187, tradução nossa), “[...] consagra a subordinação do trabalho ao dinheiro, que é a definição exata do materialismo econômico.”<sup>56</sup>. Mesmo sob o ponto de vista estritamente produtivo, um regime como este estaria ainda orientado para a obtenção do lucro máximo, o que faz enfraquecer a dita colaboração de classes, já que ainda há apropriação desigual dos resultados.

Assim, o antagonismo de classes jamais será superado por este pseudo-corporativismo, subjugando o trabalho e formando uma pseudo-comunidade fraturada pelo poder irredutível do dinheiro. Baseando-se na ilusão da colaboração de classes, Mounier (1936) acredita que tal corporativismo tenderia, no longo prazo, ou à manutenção do estado de coisas ou ao surgimento de um Estado centralizador capaz de manobrar os antagonismos de classes, constituindo uma verdadeira ditadura contra o próprio trabalhador.

As economias autoritárias são o objeto desta análise final de Mounier (1936) acerca

---

<sup>55</sup> “[...] semblable au médecin qui jugerait plus spirituel d’exhorter le malade à guérir que d’user « grossièrement de remèdes.” (MOUNIER, 1936, p. 187).

<sup>56</sup> “[...] consacre ainsi la subordination du travail à l’argent, qui est la définition exacte du matérialisme économique.” (MOUNIER, 1936, p. 187).

das pseudo-soluções que se apresentavam na primeira metade do século XX. Segundo o autor, a autoridade centralizadora opõe-se a qualquer forma de autoridade viva, é sempre uma organização verticalizada. Dessa forma, constitui-se em um bloqueio para o desenvolvimento autônomo da economia como um todo, gerando novas formas de subordinação do trabalho.

O estatismo econômico, entendido como o processo de estatização de uma economia, é, para Mounier (1936), a forma mais perigosa de autoritarismo econômico. Segundo Mounier (1936), o movimento de estatização não passa de uma transferência do poder econômico usurpado pelo capital para o Estado. Esta transferência se mostra mais perigosa quando se trata da liberdade econômica dos cidadãos. Nas mãos do Estado, entendido por Mounier (1936) como essencialmente centralizador e tendencioso ao abuso de poder, os cidadãos estão submetidos a uma imensa força de coerção sob seus direitos econômicos. Esta é, para o autor, uma situação vergonhosa para aqueles que acreditavam em uma revolução popular. “À custa de uma autêntica ou de uma pretendida revolução popular, enxerta-se então sobre o mundo do trabalho uma ditadura do Estado, que tem subvertido totalmente o [seu] espírito.”<sup>57</sup> (MOUNIER, 1936, p. 189, tradução e grifo nossos).

Estas economias funcionam, portanto, baseadas em um poder centralizador, como o que se observava na Alemanha, na Itália ou na União Soviética. Esta centralização, no entanto, não parte de uma influência externa da economia capitalista para o Estado, como no Estado liberal. Para Mounier (1936), é uma força centralizada em torno de um partido que move a economia segundo seus interesses políticos. Dessa forma, Mounier (1936) alerta os perigos tanto do fascismo como do comunismo, pois ambos apresentam essa mesma característica centralizadora da economia. De acordo com Mounier (1936), elas se enquadram dentro do mesmo processo de concentração da economia capitalista. O autor apresenta, então, uma lúcida compreensão sobre a dinâmica de desenvolvimento capitalista – fazendo referência também às causas da crise de 1929 –, que, na primeira metade do século XX, parece-lhe convergir em âmbito internacional ao imperialismo.

A absorção pelo capital da maior parte do ganho freia o consumo interno e acelera o reinvestimento; este desequilíbrio irrompe à conquista de mercados exteriores: a centralização capitalista assim acelerada e bloqueada de maneira secreta faz surgir automaticamente um nacionalismo e um imperialismo econômico que nos levam

---

<sup>57</sup> “Aux dépens d’une authentique ou d’une prétendue révolution populaire se greffe alors sur le monde du travail une dictature d’État qui en subvertit totalement l’esprit.” (MOUNIER, 1936, p. 189).

direto ao Estado totalitário e à guerra.<sup>58</sup> (MOUNIER, 1936, p. 189, tradução nossa).

Neste trecho Mounier (1936) faz clara leitura da conjuntura econômica e política de sua época, tendo plena compreensão do movimento contraditório (dialético) do sistema capitalista. Dessa forma, teme que a formação de Estados totalitários seja a tendência do capitalismo da primeira metade do século XX e alerta para a falsa esperança que o movimento de esquerda tem com a União Soviética, enxergando-a como também fruto do processo de centralização capitalista.

Para Mounier (1936), a URSS é em verdade uma sociedade híbrida, em que o poder livre do dinheiro é substituído por um Estado que opera um nacionalismo econômico. Este Estado, no entanto, não é capaz de suprimir as contradições da economia capitalista. Assim, segundo Mounier (1936, p. 189, tradução nossa), “[...] a oposição opressores-oprimidos, trabalho-capital, está prestes a se transformar na oposição trabalho-Estado.”<sup>59</sup> Segundo Mounier (1936), contrariamente àquilo que Marx esperava da revolução proletária, de que o proletariado se elevasse à condição humana, a revolução soviética fez uma sociedade inteira regredir à condição proletária de opressão e miséria econômica, sob os olhos da nova burocracia tecnocrata e militar.

Desse modo, observando a Rússia soviética, Mounier (1936) constata que a simples transição da propriedade dos meios de produção dos capitalistas para as mãos do Estado não é em si o fator que fará melhorar a condição de vida dos trabalhadores. Para Mounier (1936) esta simples transferência da propriedade dos meios de produção não passa de um resgate à economia capitalista, que apresentava, naquele momento, dificuldades em sua dinâmica expansiva sob o controle do livre mercado. Desta forma, o autor condena tal ação do Estado, pois, mesmo sob o pretexto revolucionário, termina por não favorecer a emancipação humana.

Marx pôde dizer, no século XIX, que o Estado era um instrumento de opressão nas mãos da classe dominante: estes são os funcionários do Estado totalitário que se tornaram hoje a classe dominante, tanto na URSS como nos países fascistas. É a opressão do capitalismo, [mesmo que] sem o dinheiro, que tentamos estabilizar pelo poder do Estado no momento em que o dinamismo interno deste regime o lança à

---

<sup>58</sup> “L’absorption par le capital de la plus grosse part du profit freine la consommation intérieure, accélère les réinvestissements; ce déséquilibre pousse à la conquête des débouchés extérieurs: la centralisation capitaliste ainsi accélérée et bloquée sur place secrète automatiquement un nationalisme et un impérialisme économique qui nous mènent droit à l’État totalitaire et à la guerre.” (MOUNIER, 1936, p. 189).

<sup>59</sup> “[...]l’opposition oppresseurs-opprimés, travail-capital, est en train de devenir l’opposition travail-État.” (MOUNIER, 1936, p. 189).

ruína.<sup>60</sup> (MOUNIER, 1936, p. 190, tradução e grifo nossos).

Neste ambiente político conturbado, de uma Europa ameaçada por uma iminente guerra continental, vendo a ascensão de Estados totalitários e compreendendo esse movimento como a saída para a sustentação do sistema capitalista, Mounier (1936) lança sua fórmula “nem esquerda nem direita”. Para o autor, a solução soviética apresenta-se também como uma pseudo-solução, inibindo seus caminhos de militância na esquerda em sua época. Para que a pessoa humana esteja enfim como o centro da organização social, Mounier (1936) nega qualquer programa político seja de direita seja de esquerda que convirja para o materialismo desenfreado, que considera o verdadeiro Leviatã de sua época. “*Se a fórmula ‘nem esquerda nem direita’ tem outra função além de reunir o rebanho assustado dos incertos, é de preparar uma força inteligente contra esta ameaça que nos vem à grande velocidade dos dois extremos do horizonte.*”<sup>61</sup> (MOUNIER, 1936, p. 190, tradução nossa, grifo do autor).

---

<sup>60</sup> “Marx a pu dire, au XIXe siècle, que l'État était un instrument d'oppression entre les mains de la classe dominante: ce sont les fonctionnaires de l'État totalitaire qui deviennent aujourd'hui la classe dominante, en U.R.S.S. comme en pays fasciste. C'est l'oppression du capitalisme, moins l'argent, qu'on essaye de stabiliser par la puissance de l'État au moment où le dynamisme intérieur de ce régime le jette à la ruine.” (MOUNIER, 1936, p. 190).

<sup>61</sup> “*Si la formule « ni gauche ni droite » a une autre fonction que de rallier le troupeau peureux des incertains, c'est de préparer une force intelligente contre cette menace qui nous vient à grande vitesse des deux extrêmes de l'horizon.*” (MOUNIER, 1936, p. 190, grifo do autor).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, é possível ter uma visão mais clara sobre o pensamento econômico de Emmanuel Mounier. A partir da análise mais detalhada acerca de Mounier (1936), foi possível também ampliar a discussão de forma a abranger outras obras do autor, o que deu maior solidez aos argumentos aqui levantados. A visão de Mounier transcende a simples análise econômica, e a articulação entre esta e os princípios filosóficos do personalismo é o elemento que dá força a toda sua crítica e construção social.

A proposta inicial deste trabalho era fazer um breve estudo acerca de um trecho de Mounier (1936), no qual é exposto o ponto de vista crítico do autor sobre o capitalismo e sua proposta de construção social. A necessidade de apresentar outros elementos, importantes, porém, não inclusos especificamente nesta parte da obra, mostrou-se inicialmente como um desafio. O elemento crucial foi a apresentação acerca da pessoa humana. A maior dificuldade encontrava-se em abordar com a profundidade necessária esta categoria filosófica sem fugir da essência deste trabalho, uma monografia para o curso de graduação em ciências econômicas. A própria realidade da existência incorporada da pessoa, sua existência como corpo e alma, conduziu esta parte da exposição de maneira leve, porém, rigorosa, à essência da crítica personalista ao capitalismo.

Da compreensão acerca da pessoa humana passou-se ao ponto de vista anticapitalista de Emmanuel Mounier. Os horizontes de pesquisa foram novamente ampliados, de maneira natural, pelo constante diálogo explícito ou não do autor com o pensamento marxista. A afiada crítica personalista mostrou-se como uma espada de dois gumes, penetrando na realidade social, mantendo-se crítica tanto ao capitalismo quanto ao coletivismo. Este caráter único do personalismo, de propor-se a apresentar uma alternativa à organização social, pode parecer confuso no momento em que nega estes dois regimes ao mesmo tempo em que se declara socialista.

É notória a profunda compreensão de Mounier, mesmo que peque em aspectos teóricos da análise econômica, do desenrolar da história humana, principalmente sua leitura sobre a situação da Europa no início do século XX. Parecia-lhe o fim de um mundo europeu. Nesta perspectiva, empenha-se no engajamento a este movimento personalista, em vista do resgate da pessoa humana neste ambiente tão conturbado. Sua análise sobre a dinâmica de

expansão capitalista imbrica os efeitos da crise de 1929 à ascensão dos regimes autoritários, tanto de direita como de esquerda.

O personalismo mounieriano apresenta uma ampla perspectiva de pesquisa. Ao fazer de seu elemento central de defesa a pessoa humana, todas as realidades que a dizem respeito, devem ser objetos de análise do personalismo. Dessa forma, um universo de pesquisa se abre diante daqueles que buscam compreender o mundo sob este ponto de vista. A obra de Mounier é vasta, não apresentando muitas edições em língua portuguesa, o faz se ampliar mais ainda a necessidade de estudos como este no futuro. A este pesquisador, justamente por suas afinidades pessoais, alguns temas em especial se mostram instigantes para futuros estudos.

Ao fim desta pesquisa, mostra-se importantíssimo aprofundar o estudo sobre o trabalho em Mounier. O tema se apresenta essencial à compreensão mais bem elaborada sobre a construção futura personalista. Este ponto leva também ao diálogo, sempre pertinente ao personalismo, com o pensamento marxista e o pensamento social cristão. A discussão acerca da centralidade do trabalho na construção social, a dignidade do homem e o trabalho, a ontologia ou não do trabalho, são necessárias para se reanimar o debate acerca do sindicalismo, que já parece desarticulado, frente ao movimento de reestruturação produtiva, como organização de combate dos trabalhadores e do justo papel do trabalho em uma sociedade futura.

O estudo aprofundado sobre as comunidades orgânicas torna-se pertinente para melhor embasar experiências de arranjos produtivos alternativos ao mercado. A articulação entre os conceitos personalistas e aqueles provenientes da economia solidária podem se constituir em temas de pesquisas futuras, principalmente como uma reedição da crítica de Mounier ao socialismo utópico, notadamente o de influência de Saint Simon e Proudhon.

A crítica de Mounier ao pensamento de esquerda deve encontrar espaço na tentativa de se traçar uma pauta revolucionária personalista contrastando com a da esquerda. Mounier apresenta discussões acerca de elementos sociais ou não mencionados ou até mesmo hostilizados por programas de esquerda. Onde está a família para o pensamento de esquerda? Será que ela é apenas um elemento reacionário, fruto da sociedade burguesa? É bem verdade que a família aparece como elemento de reivindicação de pautas da direita. O personalismo a compreende como organização natural entre os seres humanos, embora também teça suas críticas acerca de comportamentos nela presentes tais como o machismo. Para a esquerda, a família deve desaparecer após a revolução? Se esta resposta é afirmativa, torna-se cada vez

mais inegável a crítica personalista sobre pobreza da compreensão materialista da realidade. A negação da vida espiritual parece ser o veneno que corrói as esperanças de uma sociedade plenamente humana vinda da esquerda.

Por fim, a crítica de Mounier mostra-se incisiva quanto à relação perversa entre o cristianismo e o reacionarismo. Este assunto se mostra importante no momento em que nosso país passa por uma polarização política delicada, em que assuntos de natureza religiosa tornam-se poderosos elementos eleitoreiros para a promoção do ideário de direita. Infelizmente, a juventude se torna, de maneira mais evidente, o principal alvo da ideologia conservadora de direita, que a atrai pela aparente defesa dos valores morais cristãos, mas que, em sua essência, forma uma geração de coração frio, com a visão social muito limitada, desprovida de qualquer esperança em uma sociedade verdadeiramente justa, completamente impregnada pela propaganda conservadora. Parece ser pecado ousar pensar uma sociedade diferente.

O fundamento antropológico central do pensamento social católico é a pessoa humana. Dessa forma, o personalismo, dentre todas as teorias sociais, é aquela que mais se aproxima de um autêntico pensamento social cristão. No entanto, parece cada vez mais lugar comum associar o catolicismo a um pensamento reacionário de afirmação do capitalismo como modo natural de vida. Nas expressões mais lúcidas, timidamente se encontra uma crítica covarde aos excessos do sistema. Ao embasar sua concepção acerca da pessoa humana em uma antropologia teológica católica para somente a partir daí tecer tão profunda e incisiva crítica ao capitalismo, Emmanuel Mounier parece caminhar em uma direção completamente oposta às expressões correntes desse reacionarismo “religioso”.

A mensagem central da crítica personalista aos moralismos reacionários que se revestem de uma argumentação dita espiritual habita no campo da fé. A quem se professa a fé? Onde colocamos nossa esperança? Qual o valor primeiro que merece o empenho último de nosso ser? Professamos nossa fé a Deus e, dessa forma, compreendemos nossa vocação a uma existência total pessoal e comunitária? Ou professamos nossa fé ao deus capital com a justificativa covarde de que as desigualdades gritantes de nossa sociedade são naturais, cabendo a nós, no máximo, remediá-las?

A perspectiva personalista exige coragem para se posicionar contrário a todas as formas de pensamento que não coloquem a pessoa humana como o centro. Como forma de conclusão a este trabalho, pode-se afirmar que a plena existência da pessoa humana depende

de uma transformação radical da realidade econômica e social. O caminho para essa revolução, no entanto, já deve estar de acordo com os princípios personalistas para que, em negação ao capitalismo, não se criem novas formas de aprisionamento da pessoa.

## REFERÊNCIAS

BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006.

HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. Tradução de Lino Vallandro e Vidal Serrano. São Paulo: Globo, 2009. (Coleção Globo de Bolso).

LE GOFF, Jacques. *Penser la Crise avec Emmanuel Mounier*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2011.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro I*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MOUNIER, Emmanuel. *O Personalismo*. Tradução de Vinícius Eduardo Alves. São Paulo: Centauro, 2004.

\_\_\_\_\_. *Communisme, anarchie et personnalisme*. Collection: Politique, no 3. Préface de Jean Lacroix. Paris: Éditions du Seuil, 1966.

\_\_\_\_\_. *Manifeste au Service Du Personnalisme*. Paris: Éditions Montaigne, 1936.

\_\_\_\_\_. *Révolution Personnaliste et Communautaire*. Paris: Éditions Montaigne, 1935.

\_\_\_\_\_. De la propriété capitaliste à la propriété humaine in *Revue Esprit* n°19 avril. Paris: 1934.